

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JONATHAN BERNICKER BECKER

JANGO, CRISE POLÍTICA E GOLPE NOS JORNAIS PORTO-
ALEGRENSES

Uma análise sobre as representações do conceito de democracia nos jornais
Última Hora e Folha da Tarde, de Porto Alegre, em março e abril de 1964

Porto Alegre
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JONATHAN BERNICKER BECKER

JANGO, CRISE POLÍTICA E GOLPE NOS JORNAIS PORTO-
ALEGRENSES

Uma análise sobre as representações do conceito de democracia nos jornais
Última Hora e Folha da Tarde, de Porto Alegre, em março e abril de 1964

Trabalho de Conclusão de Curso de
Licenciatura em História, apresentado ao
Departamento de História da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul como requisito
parcial para a obtenção do título de Licenciado
em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Céli Regina Jardim Pinto

Porto Alegre

2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Marilúcia Castro Bernicker e Fábio Jorge Becker, pelo apoio e amor não apenas através da minha caminhada acadêmica, mas desde meus primeiros passos.

Agradeço, em especial, também a minha orientadora, Dra. Céli Regina Jardim Pinto, pela disposição em enfrentar comigo os desafios que surgiram ao longo deste trabalho. Foi uma honra e uma alegria poder contar com seu esforço e apoio neste momento tão importante.

Um muito obrigado também a Dra. Elizamari Rodrigues Becker, por contribuir com a revisão, e a todos aqueles que me acompanharam e tornaram estes últimos anos plenos de novas oportunidades e perspectivas para a vida.

RESUMO

Este trabalho aborda a forma como a imprensa rio-grandense se posicionou acerca do momento histórico de radicalização política do período final do governo federal de João Goulart (1961-1964) e do Golpe Militar. Para a análise, foram escolhidos dois importantes jornais em circulação em Porto Alegre, representativos de visões de mundo diferentes: Última Hora e Folha da Tarde. Para esse fim, foram analisadas as formas como o conceito de democracia e o contexto histórico da primeira metade dos anos 60 no Brasil foram representados nos discursos dos jornais citados durante o mês de março e o início de abril de 1964.

Os jornais escolhidos apresentaram posições políticas claras e opostas entre si no período analisado, o que proporcionou a possibilidade de uma análise comparativo-contrastiva das posições de ambos dentro da luta política. Para tanto, foram utilizadas referências teóricas de Maria Helena Rolim Capelato (1988) e de Céli Regina Jardim Pinto (1989) e foi empregado o método intensivo de análise de jornais proposto por Claudio Pereira Elmir (1995).

Palavras-chave: imprensa – democracia – análise de discurso – Folha da Tarde – Última Hora – João Goulart

ABSTRACT

The present work addresses the ways the daily printed press of Rio Grande do Sul politically positioned itself in the historical moment of political radicalization in the end of João Goulart's federal government (1961 – 1964), culminating in the Military Coup. Two important newspapers in circulation in the period, representing different ways of seeing the world, were chosen as objects for the analysis: *Última Hora* and *Folha da Tarde*. The main focal points of our analysis were the historical context of the first half of the sixties in Brazil and the concept of democracy conveyed in the discourses of the aforementioned newspapers, communicated through a corpus of texts published in March and in the beginning of April of 1964.

The chosen newspapers hold two clearly opposite political views which proved to be fertile ground for a comparative and contrast analysis of their antagonistic positions in the political struggle. To meet this end, theoretical references from Maria Helena Rolim Capelato (1988) and Céli Regina Jardim Pinto (1989) were used, as well as the intensive method of newspaper analysis proposed by Cláudio Pereira Elmir (1995).

Keywords: daily printed press – democracy – discourse analysis – *Folha da Tarde* – *Última Hora* – João Goulart

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	7
FOLHA DA TARDE – HISTÓRICO.....	8
ÚLTIMA HORA – HISTÓRICO	10
QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	13
1 “DEMOCRACIA” NO ÚLTIMA HORA GAÚCHO	21
1.1 QUE DEMOCRACIA, POR QUEM E PARA QUEM	21
1.2 DEMOCRATAS E NÃO-DEMOCRATAS	26
1.3 DEMOCRACIA EM DISPUTA	29
2 “DEMOCRACIA” E “COMUNISMO” NO FOLHA DA TARDE	35
2.1 COMUNISTAS E DEMOCRATAS	36
2.2 DEMOCRACIA, REFORMAS E CONSTITUIÇÃO	42
3 COMPARAÇÃO DOS DOIS JORNAIS	47
3.1 O COMÍCIO DA CENTRAL	48
3.2 MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE	55
3.3 CRISE DA MARINHA	63
3.4 GOLPE MILITAR	67
3.5 CONCLUSÃO DA COMPARAÇÃO	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
ARQUIVOS E FONTES DE PESQUISA CONSULTADOS	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tratará sobre um momento crítico da História do Brasil: o final do governo de João Goulart e o golpe civil-militar que, no 31 de março de 1964, iniciou o regime militar que perdurou até o ano de 1985.

Segundo afirma Daniel de Mendonça em sua tese de doutorado, o risco de colapso do sistema democrático durante o governo de Jango estava manifestado nos discursos de deputados, estudantes e militares que denunciavam, através de suas próprias óticas, o andamento de atitudes golpistas no país. O mesmo também afirma que, apesar da fragilidade do regime democrático, tanto a esquerda quanto a direita optaram por uma posição de antagonismo entre si, ao invés da busca por objetivos em comum.¹

O autor também afirma ser perceptível nos discursos dos principais agentes envolvidos no meio político a ideia de que alternativas ao regime democrático estavam em pauta como possibilidades reais de caminhos a serem seguidos pelo Brasil. A democracia, no sentido estrito de jogo político e modelo de disputa por participação política e representação através do sufrágio, teria sido considerada, segundo Mendonça, um “expediente moroso e, quiçá, impeditivo à satisfação dos auspícios de diversas facções políticas”². Direita e esquerda teriam pressionado o governo, então, partindo de seus diagnósticos do problema e das soluções possíveis para a crise, aproximando-se perigosamente da ilegalidade e do rompimento da ordem Constitucional.

Os discursos desses agentes políticos viraram notícia em diversos jornais da época. Mais do que isso, os jornais posicionaram-se a favor ou contra determinadas visões de mundo manifestadas no meio político, tornando-se eles mesmos porta-vozes de formas de caracterizar o momento histórico do país. Seus discursos são tanto amostras dos outros discursos em circulação na sociedade quanto frutos de seus próprios interesses e objetivos.

Assim, o objeto escolhido para análise nesse trabalho foi a forma como a imprensa gaúcha se posicionou diante da luta política em março e início de abril do ano de 1964. Como representantes da imprensa foram escolhidos dois jornais que tiveram posições políticas claras nesse momento histórico: Última Hora e Folha da Tarde de Porto Alegre, a partir de agora designados como UH e FT respectivamente por razão de clareza e economia.

A forma como o conceito de democracia foi retratado em ambos os jornais foi central

¹ MENDONÇA, 2006, p. 243.

² Ibidem, p. 402.

para a identificação de suas posições dentro da luta política nos dois meses analisados. A escolha desse conceito como chave para a análise justifica-se pela intensificação da crise política em março de 1964: com a radicalização política do final do governo de Goulart, o regime democrático encontrava-se fragilizado; soluções não-democráticas, como o fechamento do congresso e o golpe militar, estavam sendo consideradas para sanar a crise. Todos, porém, declaravam-se democratas. Mesmo os golpistas, ao derrubar pela força o presidente democraticamente eleito, declararam seu movimento uma revolução em defesa da democracia. Assim, percebe-se que esse conceito estava no centro da luta política e, além disso, que diferentes formas de defini-lo estavam em choque na sociedade.

Durante a pesquisa foram comparados e analisados exemplares do UH e FT postos em circulação na capital rio-grandense no período escolhido.

Dentro desse recorte, parte da atenção foi concentrada nos usos da palavra “democracia” e derivados de sua raiz, como “democrático” e “democrata”, encontrados em ambos os jornais: as ocorrências dessas palavras vistas em todos os textos editoriais, artigos, notícias ou colunas foram fichadas e catalogadas.

Também foram analisados com mais atenção as manifestações dos jornais publicadas em textos editoriais, sempre que trataram sobre o supracitado momento histórico de crise política no Brasil.

Nas colunas sociais, policiais, culturais e esportivas de ambos os jornais, a defesa da democracia e a luta política em geral não tiveram presença explícita.

Tal material foi encontrado disponível principalmente no acervo de acesso público e gratuito do Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa. Com relação ao UH, faltam poucos exemplares nesse acervo. Já com relação ao FT, o Museu José Hipólito da Costa conta com os exemplares publicados a partir do dia 20 de março daquele ano. Portanto, quando foi de suma importância para o trabalho ter acesso a exemplares do FT não disponíveis naquele acervo, recorreu-se ao arquivo particular do Correio do Povo, atualmente parte da Rede Record.

FOLHA DA TARDE – HISTÓRICO

O FT de Porto Alegre foi criado, em 1936, como uma nova iniciativa da Companhia Jornalística Caldas Júnior, a mesma do jornal Correio do Povo. O Jornal foi o primeiro no Rio

Grande do Sul a adotar o formato “tabloide”, de tamanho bem inferior aos “standard”. O formato tabloide seria caracterizado por ser mais ou menos a metade do tamanho tradicional e conter um grande número de ilustrações, podendo conter notícias sensacionalistas³. O tamanho giraria, então, em torno dos 40x30cm. A implementação desse formato de jornal teria sido feita para seguir a “nova moda” da imprensa argentina no momento.⁴ Segundo Walter Galvani, o FT é responsável pelo sucesso do formato no Rio Grande do Sul⁵.

As ideias fundadoras do Jornal foram divulgadas em editoriais e artigos já nas suas primeiras edições e seriam, em geral, as seguintes: ser um jornal sem feições políticas ou partidárias, servir moralmente e espiritualmente ao Rio Grande do Sul e condenar o que contrariasse os interesses do Estado. O público-alvo seria “todos os homens de boa vontade, que, dentro da órbita de suas especializações, porfiam, lutam, trabalham e vencem, nas indústrias, no pastoreio e nas lides fecundas da terra”⁶. Segundo Galvani, a área de abrangência do FT correspondia à Região Metropolitana de Porto Alegre e municípios adjacentes, incluindo o público de periferia. Ainda segundo o autor, o Jornal não tinha um número expressivo de assinantes. O público geralmente tinha acesso ao jornal nas bancas⁷.

Um dos momentos de ascensão do FT veio com a Segunda Guerra Mundial, que, segundo Galvani, supriu grande parte das notícias do Jornal no período. A vantagem do periódico com relação aos outros foi, segundo o autor, o fato de que o FT teve um jornalista – Ênio Verlangieri – combatendo no front⁸. Além disso, teve como correspondente de guerra seu próprio diretor – Arlindo Pasqualini.

Ainda segundo Galvani, o Periódico permitiu- se, por vezes, orientação diferente do Correio do Povo, acolhendo “novas posições, novos políticos, novos discursos”⁹ em suas páginas. Segundo ele, o Jornal abria espaço para “tudo o que era novidade e ousadia”. Um exemplo dessa relativa abertura em comparação com o Correio foi a presença do cartunista Sampaolo, que teria ingressado no Jornal em 1966 e criticado o governo ditatorial em atuação¹⁰.

Embora em suas ideias fundadoras o FT tenha se definido como “sem feições políticas”, o caráter politizado do Periódico foi confirmado ainda em outros momentos, como

³ GALVANI, 1996, p. 32.

⁴ Ibidem, p. 20-21.

⁵ Ibidem, p. 27.

⁶ Ibidem, p. 44-45.

⁷ Ibidem, p. 23-24.

⁸ Ibidem, p. 93.

⁹ Ibidem, p. 151.

¹⁰ Ibidem, p. 151.

na década de 30, quando se posicionou contra o governo estadual do interventor Flores da Cunha. Segundo Galvani, a definição era clara e partia principalmente de Pasqualini, que buscava “derrubar” o interventor¹¹.

Já com relação ao Golpe de 1964, Galvani afirma que havia uma orientação comum para toda a Companhia Caldas Júnior:

"é muito claro que a Companhia Caldas Júnior havia apoiado a chamada Revolução de 31 de março de 1964. Comprova-o os editoriais publicados à cada aniversário do movimento. Este apoio, além de ostensivo, era muito organizado, tanto que o diretor da Folha da Tarde e da Rádio Guaíba, durante praticamente todo o período, foi o ex-subchefe da Casa Civil do governo Ildo Meneghetti, Edilberto Degrazia.^{12"}

Assim, esse apoio teria perdurado por todo o período do regime militar, e o próprio diretor do Periódico, que viria substituir Arlindo Pasqualini com a morte deste último no final de 1964, teria ditado essa orientação. Essa posição política, direcionada por Breno Caldas para toda a empresa, teria se dado a despeito da amizade que o dono da Caldas Júnior compartilhava com João Goulart¹³.

Antes mesmo do Golpe, Adil Silva, assinando a coluna “Fôlha em Tópicos” sob o pseudônimo de “Hilário Honório”, manifestava opiniões políticas conservadoras. Após o Golpe, segundo Galvani, suas ideias eram “em certo momento coincidentes com as dos militares no poder”, e ele “fazia em sua coluna a defesa dos seus princípios e ideais”¹⁴.

Isso não impediu que o Jornal sofresse censura. Além do já citado caso da censura às charges de Sampaolo, bilhetes não-assinados e não-oficiais eram enviados à redação, dizendo o que não se podia noticiar¹⁵.

O FT encerrou sua circulação em 1984 devido a problemas financeiros que atingiam a Caldas Júnior.

ÚLTIMA HORA – HISTÓRICO

O UH foi fundado em 1951, no Rio de Janeiro, pelo jornalista Samuel Wainer. Seu processo de criação deu-se a partir de uma conjunção de ideias de Wainer com a orientação

¹¹ GALVANI, 1996, p. 62.

¹² Ibidem, p. 149.

¹³ GALVANI, 1994, p. 410.

¹⁴ Idem, 1996, p. 150.

¹⁵ Ibidem, p.154.

do próprio Getúlio Vargas, que pediu ao jornalista que criasse o Jornal. O interesse de Vargas era ter uma base maior de apoio ao seu governo através da imprensa. Segundo Jefferson Barros, o Jornal rompeu o “cerco de silêncio da grande imprensa sobre Getúlio”¹⁶, que já se notava desde os anos anteriores à sua eleição para a presidência em 1950.

O Jornal foi, então, o porta-voz das medidas, programas e ideias do governo Vargas e mostrava-se alinhado com o seu programa de governo¹⁷. Esse papel foi exercido até o suicídio do Presidente. Segundo Capelato, com a morte de Vargas em 1954, o Jornal foi beneficiado, pois o apoio ao político morto teve naquele momento grande explosão. O Jornal teria, então, aumentado seu prestígio junto ao público através de louvores ao ex-presidente e da divulgação de sua carta testamento¹⁸.

Logo em 1952, um ano depois de sua fundação, o UH passou a abrir edições regionais em outras localidades do país, começando o que mais tarde viria a ser a rede nacional. Primeiro foi criada uma edição na cidade de São Paulo, expandindo logo após para outras cidades paulistas e para o Paraná. Por fim, em 1958, foi aberta uma sucursal em Porto Alegre, em caráter de teste. Segundo Jefferson de Barros, a consolidação da necessidade de uma versão gaúcha do UH de Wainer veio com um furo jornalístico: um número significativo de cartas não eram enviadas pelos Correios de Porto Alegre, mas sim mandadas para reciclagem¹⁹. Esse furo teria possibilitado à equipe gaúcha ganhar a confiança de Wainer, e só então surgiu a possibilidade de uma edição do UH constituída em Porto Alegre. O status de sucursal durou pouco mais de um ano.

A edição gaúcha do UH foi a única feita em formato “tabloide”, enquanto todas as outras eram formato “standard”. Essa opção, segundo Barros, dá indício de quais leitores o jornal procurava inicialmente conquistar: os do FT²⁰. Ainda segundo o autor, o Jornal seguia o modelo de jornal partidário²¹. Barros, explicando a orientação política do Jornal, afirma:

“A rede UH, homogênea em suas posições políticas e em seu estilo jornalístico, funcionou durante o período que os sociólogos apodaram de “populista”, com pelo menos uma função de partido: o partido mobilizador de massas deste populismo brasileiro, nacionalista, desenvolvimentista e democrático.”²²

¹⁶ BARROS, 1999, p. 22.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ CAPELATO, 1988, p. 51.

¹⁹ BARROS, 1999, p. 48.

²⁰ Ibidem, p. 55.

²¹ Ibidem, p. 109.

²² Ibidem, p. 25.

Assim, o autor reconhece o caráter explicitamente politizado do periódico.

O Última Hora gaúcho, segundo Barros, mantinha boas relações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essa relação era beneficiada pela presença de militantes do Partido na redação do Jornal e possibilitava a ele um alcance privilegiado dentro do movimento sindical. João Aveline, por exemplo, militante comunista, assumiu a coluna sindical do Jornal em Porto Alegre e ajudou a articular o apoio do mesmo com os principais sindicatos. Em contrapartida, o periódico garantiu espaço em suas páginas para a cobertura dos movimentos sindical e operário²³.

A edição gaúcha do UH foi, segundo Barros, “a mais radical das Últimas Horas”, inclusive a ponto de discordar de orientações que Samuel Wainer dava à rede nacional²⁴. Um exemplo foi a posição do UH gaúcho frente à crise institucional que seguiu a renúncia de Jânio Quadros em 1961: a orientação nacional do UH foi acatar a solução de João Goulart assumir a presidência sob o regime parlamentarista. O próprio Goulart aceitou essa solução. Já a edição gaúcha do jornal rejeitou o parlamentarismo e manifestou-se editorialmente contra o ocorrido²⁵. Assim, embora Barros afirme que “a orientação nacional de UH alinhava-se pela diretriz do presidente da República”²⁶, o caráter mais radical da edição gaúcha permitia-lhe certo nível de autonomia.

Ainda segundo o autor, durante a Campanha da Legalidade liderada por Brizola para garantir a posse de Goulart, o UH gaúcho tomou posição clara, não questionando a posse do então vice presidente. Jango já era tratado, nas notícias, como o “novo presidente”²⁷. Segundo ele, a posição tomada pelo UH gaúcho frente à Legalidade garantiu ao Jornal uma consolidação de sua tiragem.

O sucesso de vendas teria ainda se intensificado com a oposição do periódico ao governo estadual de Meneghetti em 1963. Além disso, o UH de Porto Alegre não dependia financeiramente dos governos federal ou estadual segundo Barros. O autor afirma que, por essa razão, o Jornal era, como empresa, “a mais apta de toda a rede para a sobrevivência nos tempos de ditadura”²⁸. Entretanto, como veremos a seguir, a solidez empresarial não pareceu ser suficiente para impedir seu fechamento logo no primeiro mês após o golpe.

²³ BARROS, 1999, p. 47-48.

²⁴ Ibidem, p. 136.

²⁵ Ibidem, p. 105.

²⁶ Ibidem, p. 135.

²⁷ Ibidem, p. 92.

²⁸ Ibidem, p. 151.

Após o sucesso dos militares em derrubar João Goulart da presidência, o Jornal sofreu grandes represálias. Segundo Barros, jornalistas do grupo foram espancados e perseguidos e o arquivo fotográfico foi saqueado em uma batida policial liderada pelo DOPS²⁹ no dia 5 de abril de 1964³⁰. Já em 13 de abril daquele ano, o antigo caráter do Jornal já havia sido suprimido: o golpe foi, a partir de então, retratado nas páginas do periódico como “movimento revolucionário”³¹.

Wainer só vendeu o UH como empresa em 1972, após o endurecimento da repressão e censura com o Ato Institucional 5, que tornou inviável a continuidade do Jornal. Entretanto, já em 1964, o UH gaúcho foi fechado. Embora o diretor da versão feita em Porto Alegre, Ary de Carvalho, tivesse a intenção de manter o UH gaúcho circulando após o golpe, Samuel Wainer usou seu direito de dono para mandar fechar o Jornal. A motivação para tal teria sido preservar a “marca e espírito” do Jornal, impossíveis de serem preservados sob a censura do regime militar³². Assim, a última edição do UH gaúcho circulou no dia 25 de abril de 1964.

Em 4 de maio de 1964, foi criada a Zero Hora, nova empresa que “herdou” Ary de Carvalho como um dos acionistas. Também herdou parte do material físico do UH gaúcho, como os negativos das fotografias de seu acervo e coisas do gênero. Não herdou, porém, a posição política do antigo Jornal, inviável no novo contexto político do Brasil.

QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Fazer pesquisa sobre a relação entre imprensa e história é, hoje, uma tarefa muito mais complexa do que era há poucas décadas atrás. Charles Sidarta Machado Domingos, em *A política externa independente é notícia* afirma, com base em Tânia Regina de Luca, que na década de 70 o jornal como fonte histórica foi muitas vezes analisado de forma ingênua: sem que fosse considerado um produto do seu tempo, mas apenas como um instrumento através do qual o historiador coletava informações sobre o passado³³. Quando se reconheceu o caráter de parcialidade e, por vezes, de ficção inerente aos jornais, esse tipo de fonte passou a ser visto com desconfiança pelos historiadores. Não obstante, Maria Helena Rolim Capelato fez a seguinte afirmação em 1988:

²⁹ Departamento de Ordem Política e Social, órgão estadual cuja função foi policiar movimentos políticos e sociais.

³⁰ BARROS, 1999, p. 147.

³¹ Ibidem, p. 150.

³² Ibidem, p. 158.

³³ DOMINGOS, 2009, p. 33, 34.

“Nas últimas décadas, observa-se, no Brasil, um crescente interesse com relação a esse tipo de documento. Ao repensarem o seu objeto, os historiadores vencem os receios e preconceitos, passando a reconhecer a importância da imprensa nos estudos históricos. Várias pesquisas têm sido realizadas nesse campo, mas o terreno começa apenas a ser desbravado, necessitando ainda de muitas outras contribuições para que se torne fértil.”³⁴

Hoje há a consciência da necessidade de tratar a fonte como um discurso relacionado a relações de poder, como produto gerado por interesses e, ao mesmo tempo, gerador dos mesmos. Essa consciência, entretanto, interessa ao historiador atual não como critério para escolher qual jornal retrata mais fielmente a realidade, mas sim como meio pelo qual o historiador estuda um período histórico. Se, por um lado, essa nova abordagem é geral para todas as fontes históricas, tem especial importância para a prática de uma nova historiografia auxiliada pela análise de jornais como fonte. Segundo Capelato, essa nova abordagem deve muito a Foucault. Ela afirma:

“Com Michel Foucault a reflexão sobre o documento intensificou-se. Questioná-lo é o problema fundamental da história, afirma o autor.” (...) “A análise da fonte-jornal pressupõe a realização dessa tarefa. Ao invés de se perguntar se as idéias e informações nela contidas são falsas ou verdadeiras, procura-se antes saber: quem produziu o jornal? Para quê? Como e quando?”³⁵

Assim, o objetivo do presente trabalho não foi buscar nos dois jornais escolhidos informações objetivas sobre realidade nem julgar qual dos mesmos aproxima-se mais do real. Claudio Pereira Elmir, tratando do assunto em seu artigo *As armadilhas do jornal*, afirma:

“O grande dilema do trabalho histórico com jornais não é chegar a formalizar esta separação entre o verdadeiro e o falso; entre o fato e a mentira ou a invenção. Eu acredito que hoje o grande desafio que nos é colocado por esta fonte é o de ter a humildade de querer aprender a ler o jornal fazendo outras perguntas, socorrendo-nos em outras disciplinas do conhecimento, buscando não mais o que está escondido ou subsumido nas linhas de seus textos, mas a leitura meticulosa do que é visível.”³⁶

Assim, a questão principal do uso de jornais como fonte não é a comparação do que está escrito em suas páginas com algo considerado “a verdade”. Nem é, por outro lado, buscar no jornal um sentido consciente escondido em suas linhas. Essa segunda posição, apontada por Elmir como “interpretação paranóica”³⁷, acabaria por submeter a análise do jornal a

³⁴ CAPELATO, 1988, p. 14.

³⁵ CAPELATO, 1988, p. 24.

³⁶ ELMIR, 1995, p. 27.

³⁷ Ibidem, p. 25.

resultados arbitrariamente preconcebidos.

O desafio do uso do jornal como fonte é procurar descobrir até que ponto suas características visíveis dão indícios de uma determinada visão de mundo: visão essa estreitamente relacionada com quem produziu o jornal, qual era seu público-alvo e em qual contexto histórico ele teve condições de emergir e fazer sentido. Tendo em mente essa nova forma de abordagem proposta, tudo parece indicar para a possibilidade de uso dos jornais como objetos de pesquisa histórica através de análise de discurso. Céli Pinto, em seu livro *Com a palavra o senhor presidente José Sarney*, sugere a seguinte posição teórica como forma de relacionar pesquisa histórica e análise de discurso:

“(...) um caminho seria pensar os processos históricos e as formações sociais a serem estudados não a partir de um princípio de racionalidade única, mas a partir do entendimento de que se constituem significativamente através de uma multiplicidade de posicionalidades – de discursos que lutam entre si pelo poder de interpelar sujeitos, articulando elementos pertencentes ao imaginário coletivo, à história dos povos, a formas que cada sociedade organiza, à sua produção e tantas outras posicionalidades presentes na luta da humanidade para reproduzir-se enquanto tal.”³⁸

O proposto acima busca sugerir ao pesquisador que evite incorrer no erro de considerar a prática discursiva como desligada da história ou, por outro lado, de se apegar a modelos rígidos de teoria onde tudo se explica a partir de uma lógica totalizante. Em primeiro lugar, essa posição teórica está estreitamente ligada à interdisciplinaridade, uma vez que aproxima a Linguística das Ciências Sociais. Em segundo lugar, parte do princípio de que os discursos não são portadores de uma verdade a ser buscada pelo pesquisador, mas sim de construções sociais de sentido. Para que se possa considerar em que contribui essa posição teórica para a análise de jornais, antes, deve-se definir qual o conceito de “discurso” aqui usado.

Ainda é Céli Pinto que afirma, após comparar definições em obras de vários autores como Julia Kristeva, Roland Barthes, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe que, em termos gerais, discurso é o local onde as práticas sociais de produção de sentido são materializadas na linguagem³⁹. Mais especificamente, é a prática linguística de dar significado ao mundo, originada a partir de um determinado sujeito, numa sociedade com sua historicidade específica. A articulação do discurso pelo sujeito é um processo “de mão dupla”: é limitado pela necessidade de fazer relações partindo da variedade finita de outros discursos já em circulação na sociedade num dado momento histórico, mas ao mesmo tempo é significador e,

³⁸ PINTO, 1989, p. 22.

³⁹ Ibidem, p.19.

portanto, transformador dessa mesma sociedade. Isso ocorre na mesma medida em que o discurso é enunciado por um sujeito que já se identifica com uma variedade complexa de discursos, mas ao mesmo tempo é formador da identidade desse próprio sujeito que o enuncia⁴⁰.

Talvez a contribuição mais importante desse conceito de discurso para responder às questões levantadas por Capelato e Elmir seja o fato de que ele nega a dicotomia entre o material e o pensamento. Ainda segundo a autora supracitada, embora as coisas tenham existência material, é apenas através de articulações discursivas que são elaborados os conhecimentos sobre as mesmas. Ela afirma:

“se o real só é apreendido através de práticas articulatórias, a essência não existe enquanto tal, mas enquanto prática. Daí decorre que se o material só é apreendido via prática articulatória, o discurso é uma prática material, não havendo possibilidade de constituí-lo como pensamento em contraposição ao real, ao material não pensado.”⁴¹

Partindo desse pressuposto e considerando a produção de um determinado jornal como uma prática articulatória que produz significado definido social e historicamente, os elementos de ficção presentes na prática discursiva jornalística não diminuem a sua pertinência como fonte histórica. Mesmo a notícia mais “romanceada” está inserida no contexto histórico que a tornou possível, ligada ao jornal específico onde sua divulgação foi possível e destinada a um determinado público-alvo.

Por fim, cabe definir se os discursos dos jornais UH e FT estariam inseridos, em termos gerais, em tipos específicos de discurso. Céli Pinto diferencia três grandes tipos de discurso dentro da sociedade: o discurso do senso comum, o discurso científico e o discurso político. A autora faz a ressalva, entretanto, de que essa esquematização é problemática. Segundo ela, na prática, os três “aparecem muito próximos uns dos outros, algumas vezes até se confundindo”⁴². Também não houve a intenção de tratar esses três tipos como os únicos possíveis, mas apenas de exemplificar três grandes tipos com características gerais diferentes.

Para o presente trabalho interessam especialmente as definições dadas pela autora sobre o discurso científico e o político: o primeiro seria caracterizado por um discurso onde o objeto do discurso recebe uma ênfase tão grande que o sujeito cientista acaba sendo apagado no resultado final. Assim, através dessa ausência do sujeito, o discurso científico seria uma

⁴⁰ PINTO, 1989, p. 17, 18, 19, 21.

⁴¹ Ibidem, p. 20.

⁴² Ibidem, p. 43.

tentativa de “antidiscorso”, ou seja, de conhecimento objetivo – de verdade⁴³. Essa aparência de objetividade conferiria uma homogeneidade ao discurso científico, mas seria a forma de caracterizar esse discurso fora da academia. Já no meio acadêmico o que acontece é a disputa entre diferentes paradigmas pela hegemonia. Outro aspecto importante, segundo a autora, é o caráter fechado do discurso, que não faria questão de interpelar sujeitos fora da academia. Pelo contrário, quando mais difundido na sociedade em geral, mais ele perderia sua validade como discurso científico dentro do meio acadêmico. A interpelação seria dirigida apenas a outros sujeitos cientistas⁴⁴.

Já o discurso político, identificado como aquele que reivindica o poder público, seria caracterizado da seguinte forma:

“O discurso político é o discurso por excelência do sujeito em todos os seus sentidos, seu local de enunciação é a luta política, seu objetivo é vencer a luta através do jogo da desconstrução e reconstrução de significados, interpelando através da construção articulada de uma visão de mundo.”⁴⁵

No discurso político tenta-se interpelar o maior número possível de indivíduos, e tanto o sujeito que o enuncia quanto o sujeito destinatário são bem definidos. Lembrando mais uma vez que o discurso constrói a identidade do sujeito enunciativo ao mesmo tempo que é enunciado, também cabe afirmar que ele não é simplesmente “absorvido” pelos sujeitos que consegue interpelar. Cada sujeito interpelado por um determinado discurso político articula esse discurso com os diversos outros com que já se identificava. Esse processo acaba por atribuir ao discurso que interpela uma série de novas relações e significados que o modificam.

Outra característica importante do discurso político seria a sua inserção na luta política. Pinto afirma:

“a luta é o jogo de significado, é o jogo da construção do antagonismo: cada discurso busca construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo. O antagonismo se constrói, e isso é fundamental, pelo esvaziamento do significado do discurso do outro.”⁴⁶

Assim, o antagonismo é fundamental para se pensar o discurso político. Ele é a base da disputa entre os discursos políticos pela legitimidade de reivindicar o poder público.

Tendo em mente essas duas categorias diferentes de discurso, os jornais gaúchos FT e

⁴³ PINTO, 1989, p. 47.

⁴⁴ Ibidem, p. 50.

⁴⁵ Ibidem, p. 51.

⁴⁶ Ibidem, p. 55.

UH poderiam ter seu “discurso jornalístico” definido como uma mistura do discurso político com o científico: em seus editoriais e artigos são expostas explicitamente opiniões políticas e são definidas posições dos jornais com relação à luta política. Nesse caso, está sempre presente o caráter de busca pela interpelação de sujeitos e, também, de definição da posição discursiva dos jornais dentro da luta política em oposição a outros discursos.

Ao mesmo tempo, o sujeito-jornalista está excluído do texto em suas notícias, teoricamente com o objetivo de apenas narrar os fatos. Porém, nesse segundo caso há um processo que torna igualmente a notícia um discurso com características políticas: há a escolha de quais fatos noticiar, como articular essas notícias e a partir do ponto de vista de quem. Como veremos em capítulos posteriores, no FT a maioria esmagadora das notícias não-criminais contêm manifestações de deputados, senadores ou governadores que na luta política estão situados na oposição ao governo Goulart. O UH, por outro lado, faz o mesmo processo de escolha, só que optando por manifestações de apoio ao governo federal e suas medidas.

Isso não significa, porém, que todo e qualquer jornal possa ser incluído nessa caracterização. Segundo Capelato, os diferentes tipos de imprensa requerem diferentes formas de estudá-los⁴⁷. A autora exemplifica os tipos. Haveria a imprensa contestadora, marcadamente política, de orientação, que pode ser socialista, anarquista e outras. Também haveria a automeada “boa imprensa”, conservadora e de elite. Esta última caracterizaria como “má imprensa” a imprensa contestadora e outras consideradas “contra os bons costumes e a ordem”⁴⁸, como por exemplo a “imprensa marrom”, cuja característica seria a ênfase no sensacionalismo na cobertura de crimes e “fatos escabrosos”.

Capelato ainda aponta para a importância atribuída aos jornais como órgãos que devem seguir um ideal de objetividade ou, melhor dizendo, de busca da verdade. A autora aponta que a prática jornalista era, na década de vinte, relacionada com uma busca da verdade absoluta. A mesma preocupação foi vista também na década de cinquenta, como suposta motivação que levou Carlos Lacerda a criar a Tribuna da Imprensa⁴⁹. Devemos lembrar, porém, que a própria Tribuna da Imprensa foi usada como arma política contra o governo de Getúlio Vargas.

A autora também afirma que, mais atualmente, os jornalistas repensaram seu papel, considerando que a busca da verdade absoluta é impossível e que há sim a subjetividade envolvida no jornalismo. Não se abandonou, porém, a objetividade como critério jornalístico:

⁴⁷ CAPELATO, 1988, p.27.

⁴⁸ Ibidem, p. 28.

⁴⁹ Ibidem, p. 60.

ela foi relativizada⁵⁰.

Um bom exemplo de jornal onde a busca da objetividade é especialmente valorizada é o Correio do Povo, jornal que na década de sessenta fazia parte da mesma empresa jornalística que o FT – a Caldas Júnior. Segundo Domingos, o Correio do Povo não manifestou explicitamente em seus textos editoriais uma opinião editorial acerca do reatamento das relações entre o Brasil e a União Soviética em 1961. Essa opção teria sido feita visando respeitar a histórica imparcialidade relacionada ao Jornal. Porém, ainda segundo Domingos, o Jornal favoreceu em colunas e notícias manifestos contrários ao reatamento das relações Brasil-URSS⁵¹.

Assim, o que parece é que o “discurso jornalístico” como tipo geral de discurso seria uma categoria ampla demais para fazer jus a jornais com características tão variadas. Também não se pode afirmar que um jornal que toma posição política clara num dado momento histórico irá se definir tão claramente em outro. Enfim, o mais certo parece ser afirmar que todo jornal tem interesses que movem a publicação de suas edições. Ainda é Capelato que afirma:

“Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos.”⁵²

Última Hora e FT serão considerados, para os fins deste trabalho, como jornais cujos discursos construídos com interesses empresariais e políticos, ou seja, com um âmbito público e outro privado. Mais especificamente, se considerará que ambos colocaram em circulação na sociedade e no mercado discursos caracterizados por serem parte de uma mercadoria política⁵³ e que, portanto, podem ser usados como fonte para uma análise da luta política no Brasil em março e início de abril de 1964.

Em segundo lugar, os periódicos serão analisados como atuantes na sociedade, não apenas refletindo os discursos políticos em luta, mas, também, influenciando-os na medida em que atingem seu público alvo. Essa posição tem estreita afinidade com a de Capelato quando afirmou que se deve considerar os jornais agentes da história⁵⁴. Em função dessa atuação, os jornais serão relacionados com a construção do meio político onde estão inseridos,

⁵⁰ CAPELATO, 1988, p. 62.

⁵¹ DOMINGOS, 2009, p. 194.

⁵² CAPELATO, 1988, p. 15.

⁵³ Ibidem, p. 18.

⁵⁴ Ibidem, p. 21.

especialmente na crise ideológica e política que se percebe na sociedade brasileira no período a ser estudado.

Em terceiro lugar, será aqui adotada a metodologia de estudo de fontes da imprensa sugerida por Cláudio Pereira Elmir: o método de leitura intensiva, em que se analisa o maior número possível de exemplares do mesmo periódico, buscando ter acesso às regularidades, às repetições de elementos dentro dos discursos dos jornais. Ainda segundo o método proposto pelo autor, o pesquisador precisa ter uma visão crítica e questionadora acerca do jornal, ter o cuidado de não lê-lo para se informar e saber que ele não é o público-alvo para o qual o periódico foi feito⁵⁵.

Em quarto lugar, mesmo que a atenção da pesquisa esteja voltada para os textos do jornal como um todo, será dada especial atenção às matérias editoriais e aos artigos dos periódicos estudados. Essa escolha justifica-se pelo fato de Capelato afirmar serem esses dois espaços os locais privilegiados para um estudo de questões políticas na imprensa, uma vez que constituem a parte opinativa por excelência dos jornais⁵⁶. Isso não significa, entretanto, que serão ignoradas as notícias sobre o quadro político nacional. Pelo contrário, uma vez que elas também são articuladas a partir da posição editorial do periódico, também podem dar indícios de qual é a sua posição.

Por fim, uma ressalva: Capelato⁵⁷ afirma que a parte visual do jornal é importante para a análise, uma vez que é intencional e, portanto, também dá indícios da posição política adotada. Nisso estão inclusas a diagramação, a disposição dos contrastes de branco e preto e outras características materiais dos jornais. Domingos também afirma o mesmo, com base em Tânia de Luca e Albert Kientz⁵⁸. Porém, por ser o presente trabalho um Trabalho de Conclusão de Curso, apenas a parte textual dos periódicos foi analisada. Fica apontada a questão para desenvolvimento em outros trabalhos.

⁵⁵ ELMIR, 1995, p. 22, 23.

⁵⁶ CAPELATO, 1988, p. 34.

⁵⁷ CAPELATO, 1988, p. 17.

⁵⁸ DOMINGOS, 2009, p. 35.

1 “DEMOCRACIA” NO ÚLTIMA HORA GAÚCHO

1.1 QUE DEMOCRACIA, POR QUEM E PARA QUEM

Neste capítulo, serão analisadas as formas como o conceito de democracia é retratado no discurso do UH gaúcho. Como será visto, a noção de democracia apresentada no jornal é sempre acompanhada de um contexto que a define.

O discurso elaborado nas páginas do periódico matutino acerca do que é democracia não passa por uma definição clara e objetiva do conceito. Não há, portanto, uma forma exata e “fechada” de definir o modo como ele está representado no jornal de Samuel Wainer. O que há é a gama de formas com que o conceito foi articulado no discurso do jornal, especialmente em março e início de abril de 1964. Entretanto, isso não significa que não haja um fio condutor que una essas diversas formas. Pelo contrário, há uma lógica bem definida: um conjunto de critérios que definiu quais relações foram possíveis de ser articuladas entre “democracia” e outros conceitos, bem como quais não foram possíveis dentro do discurso do jornal. Os critérios usados no UH foram radicalmente diferentes dos usados no FT, que analisaremos no capítulo a seguir. Isso resultou em dois discursos que tratam sobre a democracia, em dois jornais diferentes, mas que articulam a “democracia” em relações totalmente distintas.

No UH, a palavra “democracia” e seus derivados – como “democrático”, “democrata” e assim por diante – são encontrados em grande número: há em torno de cento e trinta ocorrências durante março e o início de abril de 1964, configurando uma média de mais ou menos quatro usos por edição analisada.

Quanto aos espaços em que aparece com mais frequência, o termo é citado em diversos tipos de texto dentro do jornal: aparece tanto nos escritos por colaboradores frequentes como Sérgio da Costa Franco e Floriano Maya de Ávila ou colunistas como João Aveline e Mário de Almeida quanto em notícias e editoriais.

Foi tema recorrente nas páginas do UH, no período analisado, a necessidade de se defender a democracia. Esta estaria sob ataque vindo de forças conservadoras que procuravam subvertê-la em nome de seus interesses e para impedir as reformas de base.

No último mês do governo de Goulart, houve, em diversas ocasiões, notícias e artigos contendo denúncias a supostas atividades golpistas por parte dos “conservadores”, chegando

inclusive a ligar de forma mais explícita, em texto editorial, a UDN⁵⁹ à atividade golpista⁶⁰.

Porém, a atitude do Jornal foi sempre de colocar as denúncias de golpe na perspectiva de atacar atitudes reacionárias destinadas ao fracasso, que seriam impedidas pela organização popular e sindical em apoio ao presidente Goulart. Dessa posição otimista decorrem as diversas notícias da organização do CGT⁶¹, sindicatos e entidades estudantis, preparando greves generalizadas para barrar uma possível tentativa de golpe contra a democracia e as reformas identificadas na figura de Jango.

Segundo Daniel de Mendonça, quando agentes da esquerda – como sindicatos, agremiações estudantis e outros apoiadores das reformas de base – discursavam sobre a democracia, não estavam se referindo às regras formais do jogo político. Para esses agentes, o conceito tinha o sentido de “justiça social”⁶². Embora em diversas ocasiões o termo “regime democrático” apareça nas páginas do UH como algo a ser defendido, essa tendência pela identificação de “democracia” com “justiça social” também é percebida no discurso do jornal aqui analisado, como veremos a seguir.

No UH, a defesa da democracia teve mais o sentido de uma defesa de determinados ideais, atitudes governamentais e agentes políticos do que da estrutura do sistema democrático. A noção de democracia articulou-se da seguinte forma no UH gaúcho: democrático foi tudo aquilo e todo aquele que favoreceu o desenvolvimento das reformas de base pretendidas pelo governo Goulart. As reformas foram consideradas tanto possibilidade de progresso e autonomia do capitalismo nacional quanto ganhos econômicos, sociais e políticos para o povo. Essa “definição” situou-se, portanto, dentro de uma lógica de independência com relação ao capital externo e de justiça social, o que aproxima o discurso do Periódico das características identificadas por Mendonça no discurso geral de esquerda da época.

O próprio termo “justiça social” aparece de forma explícita, embora raramente, nas

⁵⁹ União Democrática Nacional, partido criado em 1945 para fazer frente a Getúlio Vargas e os herdeiros de suas políticas de governo. Partido representante de classe média e ligado aos interesses de latifundiários e militares. (Cf. BENEVENIDES, Maria Vitória. União Democrática Nacional (UDN). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 14/12/2011)

⁶⁰ UDN E SUBVERSÃO. *Última Hora*, Porto Alegre, 09 mar. 1964, p. 2.

⁶¹ O Comando Geral dos Trabalhadores foi uma entidade intersindical criada em 1962 com o objetivo de centralizar e unificar a direção do sindicalismo no Brasil. Sua participação no governo Goulart foi assunto polêmico, uma vez que o Ministério do Trabalho não reconhecia oficialmente sua existência. (Cf. KORNIS, Mônica. Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 14/12/2011)

⁶² MENDONÇA, 2006, p. 403.

páginas do Jornal. O exemplo a seguir é a mensagem enviada ao UH de São Paulo, por Goulart, na ocasião do 12º aniversário do Jornal.

“Última Hora de São Paulo comemorou, ontem, seu 12º aniversário. Entre as inúmeras mensagens de felicitações e incentivo que sua direção e funcionários receberam, uma se destaca: a do presidente João Goulart. A saudação do Chefe de Governo é a seguinte: 'No momento em que UH de São Paulo completa o seu 12º aniversário, vejo com enorme satisfação este órgão que se constituiu na trincheira avançada da luta pela consolidação do sistema democrático, pela emancipação econômica do País, pela instauração da justiça social, e continua cada vez mais fiel aos ideais de Getúlio Vargas(...)'. ”⁶³

Note-se que, embora a felicitação do presidente tenha sido dirigida ao UH de São Paulo, o título da matéria é “JANGO: UH É TRINCHEIRA DEMOCRÁTICA”. Assim, o título não se refere apenas ao UH da capital paulista como “trincheira democrática”, mas acaba qualificando o Jornal em geral. Ponto interessante dessa definição é a ideia de luta, de disputa presente na caracterização como “trincheira”. Ou seja, a democracia não era considerada algo dado e consolidado, mas algo em disputa – em risco. Na felicitação, o presidente relacionou o jornal com defesa da democracia, emancipação econômica e justiça social: ficou claro, portanto, que não eram as regras do jogo político que estavam em risco, mas sim a democracia pensada como desenvolvimento e justiça social. Uma vez que o UH gaúcho apoia e legitima explicitamente Goulart, a publicação da mensagem não foi apenas a divulgação da opinião do presidente, mas sim um indício de como o jornal caracterizou sua própria identidade.

A ideia norteadora do UH é ser um periódico popular. Dito isso, é necessário refletir sobre que ideia de povo o Jornal sustenta. No caso do UH, a ideia de “povo” tem como centro os urbanos onde se inclui o operariado que, não por acaso, teve espaço garantido no periódico. Jefferson Barros afirma que a nova configuração demográfica urbana, com seus novos agentes, e o surgimento de uma “nova, sofisticada, exigente e politizada classe média urbana [...]exigia uma nova imprensa gaúcha”⁶⁴. O UH gaúcho teria sido uma resposta a essa conjuntura.

Ser “democrata”, nesse contexto, é um valor atribuído a uma gama bastante variada de agentes e políticas. Estes apenas foram considerados parte do processo democrático conforme se relacionaram e posicionaram dentro de um espectro mais amplo de posições e ações

⁶³ JANGO: UH É TRINCHEIRA DEMOCRÁTICA. *Última Hora*, Porto Alegre, 19. mar. 1964, p. 6

⁶⁴ BARROS, 1999, p. 44

consideradas “populares” pelos agentes do discurso do jornal. Ou seja, de posições que favoreciam os trabalhadores e todos aqueles contemplados como notícia e público-alvo do periódico. Por exemplo, as “vilas e subúrbios populares” recém “descobertos” pelo jornal e que não tinham espaço na mídia conservadora.⁶⁵

Outra posição favorecida dentro do discurso do UH como democrática é toda aquela que seja, além de reformista, também a favor da atuação política sindical e trabalhista. Como afirmamos na introdução, a relação entre o jornal e os sindicatos era de mútuo apoio.

Em função dessa estreita relação entre jornal e entidades trabalhistas que os jornalistas do periódico – e, em especial, o colunista João Aveline - incluíram diversas vezes em suas notícias manifestos de entidades sindicais. Note-se que muitas vezes esses manifestos foram colocados integralmente nas notícias, ocupando a maioria do espaço da página.

Questão importante sobre os manifestos sindicais é o fato de que, em vários momentos durante o mês de março e o início do mês de abril, foi neles afirmada a defesa das “liberdades democráticas e sindicais”. O governo Goulart e as reformas de base foram também defendidas nesses espaços frequentemente. Os exemplos a seguir são representativos dos manifestos presentes nas notícias:

“(…) Os trabalhadores e o povo em geral demonstrarão nessa oportunidade sua inabalável disposição de luta contra o imperialismo e o latifúndio e a favor das reformas de base, especialmente a reforma agrária, a bancária, a administrativa, a universitária e a eleitoral que querem ver concretizadas neste ano de 1964. Da mesma forma exigirão o respeito e a ampliação das liberdades democráticas e sindicais, a extensão do direito de voto aos analfabetos, aos cabos, soldados e marinheiros, e a elegibilidade para todos os eleitores bem como a necessidade de imediata anistia a todos os civis e militares indiciados e processados por crimes políticos e pelo exercício de atividades sindicais (...)”⁶⁶

O manifesto citado acima foi redigido por entidades estudantis, operárias e camponesas e divulgado na íntegra no jornal. Seu teor foi basicamente de apoio às reformas de base e ao governo. Tratou-se de um apoio antecipado ao Comício da Central⁶⁷, em que Goulart assinaria o decreto que considerou de interesse social as terras ao redor de ferrovias, rodovias e açudes

⁶⁵ BARROS, 1999, p. 75, 76.

⁶⁶ SINDICATOS: TODO APOIO À CONCENTRÇÃO DO DIA 13. *Última Hora*, Porto Alegre, 4 mar. 1964, p. 15.

⁶⁷ Comício promovido no dia 13 de março de 1964 organizado por líderes do CGT em frente à estação de trens Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de promover as reformas de base e assinar decretos. O comício foi realizado com o apoio de entidades sindicais, estudantis e partidárias, e contou com discursos de importantes lideranças políticas da esquerda da época como Leonel Brizola, José Serra e o próprio João Goulart. Cerca de 150 mil pessoas participaram do evento. (Cf. MENANDRO, Heloísa. Comício das Reformas. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 14/12/2011)

construídos pela União. Também nessa ocasião foram encampadas as refinarias particulares de petróleo e foi tabelado o preço dos aluguéis de imóveis. O decreto da SUPRA⁶⁸ autorizava a desapropriação das terras segundo as leis vigentes, ou seja, mediante pagamento de indenização prévia em dinheiro. Além disso, é importante notar que, além das reformas de base, a “luta contra o imperialismo e o latifúndio”, as “liberdades democráticas e sindicais” e a ampliação do direito de voto e elegibilidade foram defendidas no manifesto sindical.

Passemos ao segundo exemplo, uma notícia da coluna sindical de João Aveline, de 31 de março, pouco tempo antes do Golpe:

“Comando Geral dos Trabalhadores concitou ontem tôdas as organizações sindicais do País a se manterem preparadas para desfechar greve geral em todo o território nacional, em defesa das liberdades democráticas e sindicais, determinando que seja respondido imediatamente com a total paralisação do trabalho.”⁶⁹

Ela tratou sobre manifestação do CGT, organizando greve geral em represália a uma possível movimentação golpista contra Goulart. O ataque contra Jango foi identificado na ocasião como ataque às liberdades democráticas e sindicais, o que dá indícios da importância atribuída ao governo federal nessas manifestações.

Passemos ao terceiro e último exemplo, notícia sobre manifesto da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação do RS em defesa do governo de Jango após o Golpe:

“ALIMENTAÇÃO

Os dirigentes da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação do Rio Grande do Sul (...) dirigem a seguinte mensagem aos sindicatos filiados: '(...) Trabalhadores: unidos devemos dar integral apoio às medidas tomadas pelo Presidente João Goulart em defesa das liberdades democráticas e sindicais e as reformas de base, que são aspirações legítimas do povo brasileiro.’”⁷⁰

Note-se que o governo Goulart é aqui identificado mais uma vez com as “liberdades democráticas e sindicais” e com as reformas de base. A entidade frisa em seu manifesto, porém, que as reformas são aspirações populares legítimas. Ou seja, não seriam apenas uma promoção do governo, mas uma resposta a demandas sociais. Nesse e em outros pontos já

⁶⁸ Superintendência de Política Agrária, órgão criado pelo governo em 1962 com a função de planejar e executar a reforma agrária. (Cf. DE ARAÚJO, Brás José; DE MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. Superintendência de Política Agrária (SUPRA). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 14/12/2011)

⁶⁹ AVELINE, João. CGT: GOLPE CONTRA JANGO SERÁ RESPONDIDO COM GREVE NACIONAL. *Última Hora*, Porto Alegre, 31 mar. 1964, p. 17.

⁷⁰ SINDICATOS ORGANIZAM BATALHÕES OPERÁRIOS. *Última Hora*, Porto Alegre, 02 abr. 1964, p. 13.

apontados nos exemplos acima, os manifestos sindicais aproximam-se muito do discurso do Jornal exposto em editoriais e artigos, como veremos no desenvolver deste trabalho. Isso mostra que o UH não apenas apoiou os sindicatos e reservou espaço em suas páginas para reivindicações de classe, mas também teve uma afinidade de ideais com essas organizações.

1.2 DEMOCRATAS E NÃO-DEMOCRATAS

No UH, há uma divisão clara do cenário político nacional entre dois tipos antagônicos de agentes políticos: os democratas e os não-democratas. Ambos, nos diversos momentos em que são foco de notícias, artigos ou editoriais, aparecem no discurso acompanhados de uma série de características recorrentes que justificam a sua inserção ou exclusão do grupo das “forças democráticas”.

Há uma questão importante para se compreender quais eram as características dos “não-democratas” no discurso do UH: o fato de que nesse jornal não foi definido um termo específico com significado contrário a “democracia”. Como veremos no capítulo seguinte, no discurso do FT, os “democratas” têm como inimigos e antagonistas os “comunistas”. No jornal da Caldas Júnior, o conceito de “comunismo” foi utilizado como negação de “democracia”. Essa oposição não faria sentido dentro do UH, uma vez que o periódico contava com membros do PCB em seu corpo de funcionários e ainda assim se considerava parte das forças democráticas.

Quando o conceito de comunismo foi usado no discurso do UH em março e início de abril daquele ano, ele teve uma de três possibilidades de significação: em primeiro lugar, e de forma não-pertinente para o presente trabalho, por vezes o termo foi utilizado meramente como um adjetivo que caracteriza o governo chinês, cubano, vietcongue ou soviético na página das notícias internacionais, sem qualquer sentido pejorativo. Assim, quando numa notícia sobre o cenário internacional escreve-se sobre manobras das “tropas comunistas”, com sentido intercambiável a “as tropas da República do Vietnã”, não há qualquer indicação de relevância para se entender as possibilidades de articulação do conceito de democracia no discurso do Jornal.

Em segundo lugar, e então com sentido relativamente frequente e relevante para a pesquisa realizada, o anticomunismo é visto como estratégia política usada pelos inimigos da democracia para desestabilizar e derrubar o governo. Os seguintes trechos são exemplos desse uso:

“(…) Resta ainda saber quais sejam os objetivos finais da comédia.
 Um plano nacional de agitações hostis ao governo federal?
 Um esquema de mobilização reacionária contra as reformas de base (…)?
 Um simples golpe de espertalhões, como já sucedeu no Estado do Rio, onde a título de organização de uma milícia anticomunista, arrancava-se dinheiro aos papalvos, para a compra de armas e munições?
 Ou, quem sabe, um plano de boataria e inquietação psicológica, para justificar um golpe armado contra as instituições democráticas? (…)”⁷¹

O artigo acima, citado de Sérgio da Costa Franco, tratou de denunciar, quase um mês antes do Golpe, a atitude de agentes políticos que o autor caracteriza como “certos setores do situacionismo rio-grandense”. Estes estariam disseminando o medo da revolução através de boatos sobre lideranças trabalhistas.

Nesse artigo, o anticomunismo é inserido num contexto maior de um suposto plano dos “situacionistas” em possibilitar um clima de insegurança e hostilidade no Brasil. Os objetivos de tal plano foram identificados como múltiplos possíveis, mas principalmente como golpistas e reacionários contra o governo, as reformas de base e as instituições democráticas.

O exemplo abaixo trata de outro artigo, esse de J. Montserrat, onde mais uma vez o anticomunismo foi identificado como discurso reacionário:

“(…)Falar em agitação, em extremismo, em comunização, etc. É desconhecer o momento histórico que vive a nação para repetir, pura e simplesmente, as mesmas palavras de um Senhor de Engenho ou de um Juarez Távora, de um fazendeiro de café ou de um reacionário qualquer de nossos dias.(…)”⁷²

Nesse artigo, intitulado “A Praça é do povo”, J. Montserrat fez um balanço histórico das barreiras ao desenvolvimento brasileiro superadas através de manifestações em praça pública, apontando a necessidade de discutir os problemas do país com o povo. Montserrat defendeu o Comício da Central pelas reformas de base dentro dessa lógica, dois dias antes da realização do mesmo.

O autor fez um paralelo entre a superação da escravidão, o monopólio estatal da exploração do petróleo e a luta pelas reformas de base e pela industrialização do país como momentos em que, apesar das barreiras, o Brasil avançou para o progresso socioeconômico.

Foi através dessa lógica que o artigo culminou no trecho citado acima, em que o anticomunismo foi colocado no mesmo patamar que as manifestações dos senhores de engenho pela continuidade da escravidão, ou que as manifestações de Juarez Távora, na época

⁷¹ FRANCO, Sérgio da Costa. Basta de Farsa!. *Última Hora*, Porto Alegre, 06 mar. 1964, p. 2.

⁷² MONTSERRAT, J. A Praça é do Povo, *Última Hora*, Porto Alegre, 11 mar. 1964, p. 2.

de Vargas, pela entrega do petróleo brasileiro à exploração de empresas internacionais ou ainda que as manifestações de setores cafeeiros contra a industrialização. Em suma, o autor caracterizou as acusações anticomunistas dirigidas às reformas, comícios promovidos pelo governo e manifestações populares como características do discurso “reacionário”: de resistência contra mudanças necessárias ao país em dado momento histórico.

A terceira forma como o termo “comunismo” apareceu nas páginas do jornal se situa no contexto da crise final do governo de Jango na ocasião do golpe. Nesse momento, o UH tentou defender o governo das acusações de que haveria nele uma infiltração comunista, e então o termo apareceu da seguinte forma em uma notícia contendo integralmente um manifesto do próprio Jango:

“(...) Exploram o sentimento religioso como se meu govêrno não fôsse daqueles que na história da República mais se empenharam em contar com o prestígio, consideração e respeito dos dignatários do episcopado, do clero da Igreja Católica e dos demais credos religiosos: mistificaram com a supervalorização do perigo comunista, como se não fossemos uma democracia plantada irremovivelmente no coração da nossa gente. (...)”⁷³

Em primeiro lugar, é importante frisar que, em diversos momentos importantes do período analisado, o UH divulgou integralmente manifestos de Jango. Esse espaço reservado para o presidente não tem paralelo no FT, que raramente deu destaque a manifestações do presidente. A notícia acima citada está localizada no contexto do golpe, quando o governo ainda estava analisando suas condições de resistência, e portanto se trata de momento em que apoiar Jango significava negar a legitimidade da sua destituição.

No trecho acima citado, Goulart cita “a supervalorização do perigo comunista”, argumentando que o caráter democrático do povo brasileiro seria um entrave a essa ameaça. Ou seja, Jango não nega o perigo comunista, mas relativiza-o.

Essa manifesto, em uma leitura superficial, a princípio poderia ser considerado um indício do aceite da oposição entre comunismo e democracia no discurso do Jornal. Entretanto, deve ser entendido como manifestação cujo teor destoa do apresentado até então no discurso do UH. Além disso, esse discurso dá indícios das fracassadas tentativas do governo em procurar desfazer a imagem – cada vez mais difundida e consolidada nos setores conservadores da sociedade – sobre Jango e seus ministros como apoiadores da “ameaça vermelha”.

O esforço do UH pela defesa do governo Goulart teve relação com a identidade do

⁷³ Manifesto de Jango: - Reagirei ao Golpe. *Última Hora*, Porto Alegre, 02 abr. 1964, p. 6.

jornal, que defendia a noção de democracia no sentido de justiça social. Embora a rede nacional do UH tenha alinhado sua posição com Goulart, como vimos na introdução, o UH gaúcho teve um certo nível de autonomia. Assim, não é possível simplificar a relação entre jornal e governo como um alinhamento automático e direto às opiniões do presidente. Se por um lado o UH apoiou abertamente Jango, por outro o apoio foi em parte baseado na ideia de que o governo era democrático porque popular, e popular porque democrático – sempre de acordo com o discurso do Periódico acerca do que significava a democracia.

1.3 DEMOCRACIA EM DISPUTA

Também houve momentos em que o próprio conceito de democracia foi colocado em pauta e reafirmado dentro do discurso do Jornal. Foram denunciados discursos de outros grupos, em que a “democracia” era usada dentro de outro contexto, relacionada a práticas e grupos incompatíveis com os que geralmente acompanhavam o mesmo conceito nas páginas do UH. Discursos que, portanto, foram considerados falsos.

A prática corrente do Jornal foi apontar distorções ou interesses antipopulares nesses discursos considerados falsos, ou seja, desconstruí-los. Ao mesmo tempo em que desconstruiu o discurso antagônico, construiu a sua própria forma de significar a democracia e a sua identidade como democrata. Além disso, o ataque a noções diferentes de democracia deixa claro o seguinte fato: os agentes do Jornal tinham consciência de que a apropriação e a hegemonia sobre a significação da democracia era algo em disputa na luta política.

A seguir, serão analisados quatro exemplos representantes dessa disputa. Todos são artigos de colaboradores publicados em momentos diferentes do mês de março de 1964.

Passemos ao primeiro exemplo, um artigo de Floriano de Ávila sobre manifesto do então presidente da FARSUL⁷⁴, Oscar Fontoura, sobre o decreto da SUPRA:

“De fato, agora o Sr. Oscar Fontoura dirige-se ao Presidente da República para verberar contra o discutido decreto da SUPRA, dizendo, entre outras coisas, que 'a vida rural no Estado já tem sido agitada por elementos irresponsáveis, pseudo-agricultores na maioria, comandados por conhecidos comunistas e que as eventuais invasões que se verificarão nas faixas declaradas de utilidade pública darão margem a justas reações dos proprietários, dispostos a defender de qualquer maneira seus legítimos direitos.' Não esqueceu também o Sr. Oscar Fontoura de dizer-se favorável à reforma agrária, mas dentro dos postulados da democracia cristã, como sempre dizem os reacionários.(...)”⁷⁵

⁷⁴ Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, entidade não-governamental representante dos produtores rurais e seus respectivos sindicatos no Rio Grande do Sul.

⁷⁵ ÁVILA, Floriano Maya de. MEMÓRIAS DE UM DESMEMORIADO. *Última Hora*, Porto Alegre, 11 mar.

Nesse artigo, Floriano Maya de Ávila procurou defender o até então não-assinado decreto da SUPRA. Porém, especificamente no trecho acima, o autor define a defesa da “democracia cristã” como uma característica do discurso considerado “reacionário”. Sabendo que no discurso do Jornal o “reacionário” foi considerado ilegítimo, essa forma de defesa da democracia também foi desconstruída. A fala do presidente da FARSUL incluiu, ainda, outro elemento que justificou sua caracterização como antagônica à posição do UH: ver como “agitação” e “comunismo” manifestações populares.

Não houve, no UH, conflito entre democracia e cristianismo. Principalmente no final de março, “democracia”, “reformas” e “cristianismo” são colocados como conceitos compatíveis. A questão presente no texto de Floriano de Ávila não é o ataque ao cristianismo em si, mas sim à forma como a expressão “democracia cristã” foi usada dentro do discurso considerado “reacionário” com o objetivo de resistir às reformas de base.

Vejamos o segundo exemplo, artigo de Wilmar Taborda em defesa das reformas de base:

“(…) Os privilegiados, no entanto, que identificam latifúndios com democracia, o lucro das emprêsas ou do capitalismo com a liberdade, de má-fé, distorsivamente, passaram a ver nos últimos atos presidenciais atentados contra a liberdade.(…)

Os privilegiados, no entanto, custam a compreender a verdade. Para êles, a liberdade, o direito, o mundo, tudo é dêles. Aos outros o trabalho, a fome, a miséria, o suor. Há uma distância entre as idéias que ostentam e a realidade, porque, em resumo, eles não trabalham, não produzem, apenas usufruem, lidam com relações e não com as coisas diretamente. (...)⁷⁶

Nesse artigo, Taborda – político petebista e colunista do UH gaúcho – defendeu as medidas anunciadas e decretadas no Comício da Central.

No trecho citado acima o autor apontou elementos identificados no Jornal como parte do discurso antagônico: a) o agente do discurso – “os privilegiados”; b) a forma como se deu a prática discursiva desse agente – “de má-fé, distorsivamente”; c) qual foi o real significado dos conceitos de “democracia” e “liberdade” para esses agentes – “latifúndios” e “lucro das emprêsas ou do capitalismo”, respectivamente; d) a consequência de se adotar essa visão de mundo – “passaram a ver nos últimos atos presidenciais atentados contra a liberdade”. Os

1964, p. 2.

⁷⁶ TABORDA, Wilmar. Um Passo à Frente. *Última Hora*, Porto Alegre, 24 mar. 1964, p. 2.

“últimos atos presidenciais” aqui referidos são justamente o decreto da SUPRA, a encampação das refinarias particulares e o tabelamento dos aluguéis.

Tão importante quanto a identificação dos elementos do discurso foi a forma como Taborda definiu o porquê do surgimento do mesmo: os “privilegiados” não trabalham, não lidam com as “coisas” mas apenas com “relações”, o que os impede de construir ideias próximas da realidade. Tratou-se, portanto, de uma questão socioeconômica além de política.

Em suma, no discurso do UH, só os trabalhadores, identificados como aqueles que suam e sofrem, tiveram a possibilidade de elaborar uma verdadeira perspectiva democrática para o Brasil. Essa perspectiva foi identificada como a noção de imperatividade da realização das reformas de base.

Taborda procurou desconstruir uma forma de utilização do conceito de democracia com sentido completamente oposto ao adotado editorialmente no UH. Se, por um lado, a resistência às reformas foi apontada como falsa defesa da democracia, por outro as reformas de base promovidas por Goulart foram consideradas democráticas. Frequente defensor das reformas promovidas pelo governo, o Jornal assim identificou-se como parte do grupo dos democratas ao lado dos trabalhadores.

O próximo exemplo, artigo de Paulo Francis, reforça ainda mais a consciência da disputa pelo conceito de democracia:

“(...) A direita conseguiu convencer parcelas ponderáveis da opinião pública de que enfrentamos uma opção de democracia e ditadura espoliadora e que a democracia consiste em impedir pela violência a diversidade de opiniões. Some-se a isso o fanatismo religioso inescrupulosamente manipulado e teremos um quadro perigoso para as aspirações reformistas. O debate deixou o terreno dos fatos e mergulhou no subjetivismo difamatório, o terreno ideal para o florescimento do fascismo.(...)”⁷⁷

No artigo do dia 25 de março de Franz Paul Heiborn, colunista do UH carioca que assinava sob o pseudônimo “Paulo Francis”, mais uma vez esteve claramente manifestada a consciência por parte dos agentes do discurso do Jornal sobre a disputa acerca do que é democracia e ser democrata. Além disso, também é percebida a afirmação sobre a forma com que certos grupos, identificados como “a direita”, incitavam a prática dessa disputa pela violência.

⁷⁷ FRANCIS, Paulo (Franz Paul Heiborn). PROPAGANDA COMO ARMA. *Última Hora*, Porto Alegre, 25 mar. 1964, p. 2.

As afirmações feitas no trecho acima citado estão em consonância com as notícias sobre violências praticadas contra manifestações definidas como populares em Belo Horizonte e São Paulo também veiculadas em março no periódico gaúcho, como foi o caso da notícia sobre o ataque à passeata na capital mineira que terminou com o ferimento de Neusa Brizola⁷⁸. A notícia apoia manifesto do Movimento Nacional Feminino contra o que foi chamado por ele de “a intenção dos grupos antidemocráticos no sentido de suprimir as liberdades brasileiras”.

Também importante é a questão levantada por Francis ao afirmar que essa prática de incitação teve sucesso em convencer “parcelas ponderáveis da opinião pública”. O autor, no artigo citado, atribuiu esse sucesso a uma propaganda organizada através dos órgãos da imprensa conservadora e ressaltou, por fim, a necessidade de uma organização do governo visando buscar a sistematização da propaganda em defesa das reformas de base.

Para Francis, um dos objetivos da Frente deveria ser promover um “esclarecimento incessante e organizado”, necessário para combater “manifestações como a de São Paulo”. A referência a São Paulo remete à Marcha da Família⁷⁹, realizada no dia 19 de março. Como veremos em capítulo posterior, no UH gaúcho a Marcha foi considerada uma manifestação em que a opinião pública e o sentimento religioso foram manipulados pela direita para impedir as reformas.

O quarto exemplo é um artigo de Sérgio da Costa Franco publicado no dia 30 de março, pouco antes do golpe militar, procurando mais uma vez desconstruir discursos contrários ao do Jornal:

“(…) Adhemar de Barros, que há mui pouco tempo os conservadores repeliam como o símbolo nacional dos políticos improbos, tornou-se figura maiúscula na faixa do anti-povo. Agora é o 'Governador Adhemar', baluarte da democracia contra o totalitarismo de esquerda, defensor da civilização cristã e ocidental... (..)”⁸⁰

⁷⁸ PROTESTO A JANGO POR AGRESSÃO A DONA NEUZA. *Última Hora*, Porto Alegre, 10 mar. 1964, p. 4.

⁷⁹ A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi um movimento nacional surgido em 1964 cuja primeira manifestação foi realizada na cidade de São Paulo no dia 19 de março de 1964. A Marcha ocorrida em SP foi organizada por entidades civis, religiosas e partidárias em antagonismo ao Comício da Central. Durante a marcha o governo Goulart e seus apoiadores foram acusados de promover o rompimento da constituição, da democracia e da tradição cristã em prol do comunismo. Cerca de 500 mil pessoas compareceram ao evento. (Cf. Marcha Da Família com Deus pela Liberdade. In: Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 14/12/2011)

⁸⁰ FRANCO, Sérgio da Costa. A Indigência da Reação. *Última Hora*, Porto Alegre, 30 mar. 1964, p. 2.

Nesse artigo vê-se mais uma vez a ideia de que havia modos não-autênticos de uso do conceito de democracia sendo usados na luta política.

Sérgio da Costa Franco procurou denunciar uma contradição dentro do discurso considerado falso: o fato de o Governador de São Paulo, Adhemar de Barros, liderança populista considerada “improba” pelos setores conservadores, ser caracterizado no discurso conservador como democrata de destaque.

Também nesse trecho foi identificada a categoria “conservadores” com a de “reação” e “anti-povo”. Nessa relação qualquer uma das três correlativas poderia ser trocada por “antidemocrático”, “privilegiado” ou “antireformista” sem prejuízo de significado. Todos esses termos tiveram no discurso do Jornal o mesmo sentido negativo: portadores de discursos falsos acerca de democracia.

Em segundo lugar, o autor simulou de forma irônica alguns dos elementos que caracterizariam a prática discursiva do “anti-povo”, isto é, defender a democracia contra um suposto “totalitarismo de esquerda” e defender a “civilização cristã e ocidental”. O caráter irônico foi reforçado pelas reticências no fim da frase, o que demonstrou que Franco não considerava tais posições verdadeiras. Mais uma vez, foi um esforço de desconstrução do discurso inimigo na lógica da disputa pela hegemonia acerca do conceito de democracia.

Assim, nas páginas do UH o que se percebe é uma divisão da sociedade nacional em dois blocos com diferenças que vão além de posições políticas, mas que são também socioeconômicas: de um lado teríamos o povo, os trabalhadores, os democratas, os reformistas; do outro, estaria o “anti-povo”, os reacionários, os privilegiados, a direita. A divisão colocou em lados opostos uma maioria identificada como povo e uma minoria identificada como reacionária. De um lado, a defesa da democracia e das reformas de Jango; do outro, a defesa da manutenção do latifúndio e dos privilégios pessoais mascarada por uma falsa defesa da democracia.

Tendo como base esse quadro, podemos afirmar que, em termos gerais, a posição adotada editorialmente pelo UH foi igualar “democracia” a “possibilidade de transformações políticas, sociais e econômicas” e opor, por consequência, essa “transformação” à estagnação econômica e social.

A disputa política em curso na época foi percebida pelo UH gaúcho como decisiva para o futuro iminente do Brasil. Isso estava claro na forma como, nas páginas do Jornal, as discussões girando em torno do conceito de democracia foram retratadas. Em resposta a isso,

o Jornal posicionou-se claramente: optou pelo apoio à Goulart e seu governo, traduzido como defesa da democracia identificada com justiça social. Democracia pensada como possibilidade de mudanças, como a continuidade de um processo já iniciado de melhoria social. Daí o caráter central que assumiu no discurso do Jornal a denúncia dos grupos identificados como agentes antipopulares da estagnação.

2 “DEMOCRACIA” E “COMUNISMO” NO FOLHA DA TARDE

Relembrando o que já foi visto anteriormente, o FT, embora inserido no contexto maior da Companhia Jornalística Caldas Júnior, buscava se posicionar como um periódico mais ousado que o jornal *Correio do Povo*⁸¹. Isso permitiu ao Jornal posicionar-se politicamente de forma mais explícita.

Quanto à forma como articulou seu discurso, surpreende a veemência com que o Jornal se posicionou em defesa da sua visão de mundo: a frequência da ocorrência dos termos “democracia”, “comunismo” e seus derivados no FT ultrapassa muito aquela vista no UH gaúcho. Comparando os exemplares de ambos os jornais no dia 20 de março, um dos dias com maior número de ocorrências dos derivados de “democracia”, percebe-se o seguinte: no UH encontra-se oito ocorrências, o que já é um alto número se comparado à média normalmente verificada de quatro por edição. Já no FT o número sobe para quase inacreditáveis trinta e três, não contando os usos na notícia da Associated Press inclusa na edição, nem na caixa contendo apenas manifesto dos estudantes da UEE. Se, por um lado, não se pode afirmar que há uma regularidade no número de vezes em que se escreve sobre democracia no FT, claramente há uma intensidade muito maior, que chegou a tornar densa e difícil a análise dos exemplares.

Em se tratando de manifestações anticomunistas no discurso do periódico, a frequência não é tão expressiva quanto a de manifestações diretas e afirmativas pela democracia. Porém, ainda há uma recorrência, uma repetição ao longo do período analisado. No mesmo exemplar do dia 20, derivados de “comunismo” aparecem cinco vezes – não configurando um alto número nos padrões do periódico, que por vezes tem exemplares com mais ou menos dez ocorrências dos termos, mas contrastando com as raras ocasiões em que se usa os mesmos no UH.

Dito isso, lembramos que o conceito de comunismo também gira em torno do conceito de democracia em relação de oposição, sendo usado com significado de “não-democracia” e partindo de uma visão específica acerca do que é ser “democrático”. Mesmo com todas as deficiências causadas pela falta de importantes exemplares no acervo do Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa, pode-se dizer que, em termos de repetição, há uma constância muito maior acerca do discurso acerca da democracia no FT em comparação

⁸¹ Como visto na Introdução, p. 7.

com o outro periódico analisado no mesmo período.

2.1 COMUNISTAS E DEMOCRATAS

Assim como nas páginas do UH, no FT não há um conceito fechado de democracia. Também no periódico da Caldas Júnior esteve constantemente presente no discurso do jornal o esforço de desconstrução e invalidação do discurso inimigo, num processo de definição da sua própria identidade. Houve, porém, uma diferença clara: no FT esteve muito melhor delineada a negação de “democracia” - o “comunismo”. Assim, no discurso do jornal a disputa entre “democratas” e “comunistas” dentro da luta política teve papel central.

José Luiz Fiorin afirma, em seu livro *O regime de 1964: discurso e ideologia*, que a luta entre democracia e comunismo “subjaz a todo o discurso 'revolucionário’”⁸²; “revolucionário” aqui pensado como o discurso do golpe de 1964 e do regime militar. Segundo a lógica percebida pelo autor, a visão de mundo dos golpistas foi articulada ao redor da ideia de que no Brasil, assim como no mundo, estava-se em guerra e que havia apenas dois lados: “nós”, os democratas, e “eles”, os comunistas. Segundo Fiorin, esse clima de guerra permanente foi central no discurso do regime e partiu do pressuposto da divisão do mundo em “bloco democrático” e “bloco comunista”. Essa centralidade do receio, do constante perigo permitiu a defesa da mobilização de todos os recursos ao alcance da nação para alcançar a vitória, esta última identificada como a sobrevivência das democracias do Ocidente contra a ameaça real e internacional do comunismo.

O seguinte trecho, ainda de Fiorin, define as características atribuídas dentro desse discurso à figura do “comunista”:

“(…) Essa concepção do comunista como um indivíduo que age no domínio da mentira, isto é, do não-parecer e do ser, e não como homem que “se nutre de carne de criança” presta dois serviços: aquece o medo, principalmente da pequena burguesia, conservadora, preconceituosa, temerosa de tudo e de todos; permite exercer uma violência indiscriminada contra todos os que se opõem ao sistema, pois qualquer opositor está a “soldo de Moscou”. A imagem que se pinta do inimigo aquece o medo, porque ele está em toda parte, nos lares, nas escolas, nos locais de trabalho, e não se sabe quem é ele (17,63).(…)”⁸³
(FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964 : discurso e ideologia*. Sao Paulo: Atual, 1988. pp.115.)

Em primeiro lugar, sobre a violência estatal indiscriminada possibilitada por essa forma

⁸² FIORIN, 1988, p. 110.

⁸³ FIORIN, 1988, p. 115.

de caracterizar os “inimigos da democracia”, temos que fazer a ressalva de que o discurso do FT localizou-se no contexto anterior ao regime militar. Não se encontrou no Jornal, no período analisado neste trabalho, a incitação à perseguição generalizada a opositores.

Já com relação à prática de disseminação do medo, da insegurança e da desconfiança contra opositores, pode-se afirmar que é um dos principais eixos do discurso do FT – foi justamente esse o tom mais perceptível nas páginas do periódico. A propaganda do medo foi ainda reforçada pelo clima de guerra civil apresentado no Jornal como dominante no país.

Assim, segundo Fiorin, o “outro” era sempre caracterizado como comunista no discurso “revolucionário”, pois os agentes vermelhos supostamente poderiam assumir várias formas, adotar várias práticas. A prática do comunista dentro dessa visão de mundo foi, por excelência, a dissimulação e a infiltração. Partindo do princípio que a ameaça comunista poderia estar em qualquer lugar e assumir qualquer face, qualquer um que se manifestasse contra o sistema identificado como democrático poderia ser considerado comunista.

O anticomunismo do discurso apontado por Fiorin foi percebido também antes do golpe. Além disso, não foi exclusivamente visto no meio militar, mas também no discurso da grande imprensa, dentro da qual o FT se inseriu. Ianko Bett, por exemplo, identificou explícito apoio ao anticomunismo católico⁸⁴ nos jornais Correio do Povo e Diário de Notícias de Porto Alegre em 1964.

O discurso do FT foi caracterizado por uma lógica muito semelhante à apontada por Fiorin. O anticomunismo esteve presente em artigos, editoriais, notícias e colunas: identidade e alteridade, “nós” e “eles”, “democratas” e “comunistas” em guerra, em disputa pela definição dos rumos do país. O discurso acerca de democracia no periódico da Caldas Júnior é central justamente porque é nele que o próprio Jornal se situa e constrói a sua identidade dentro do contexto da suposta guerra contra o comunismo.

O Jornal abriu amplo espaço para denúncias com o objetivo de trazer à luz as sombrias atividades e conspirações dos considerados comunistas, apontando um processo já supostamente avançado de comunização e golpe contra a democracia em curso no país. A ideia sempre presente não foi salvar a democracia em extremo risco.

Serão vistos, a seguir, cinco exemplos, todos de notícias citando manifestos de agentes políticos da época. No FT, as notícias foram uma forma de manifestação da opinião do Jornal através da voz de políticos contrários ao governo Goulart. Carlos Lacerda, por exemplo, foi

⁸⁴ BETT, 2010, p. 248.

uma das principais vozes contra o comunismo presentes no Jornal, enquanto no UH seus manifestos não tiveram espaço.

O primeiro exemplo é uma notícia do dia 24 de março contendo depoimentos de Lacerda:

“Perguntado sôbre a candidatura do sr. Carvalho Pinto, respondeu:

- Há muito tempo espero dele uma definição, a fim de que todos os brasileiros, saibam se está com a democracia ou com os comunistas. A candidatura do sr. Carvalho Pinto, se efetivada, vai dividir as candidaturas dos democratas e colaborar com as fôrças comunistas. (...)⁸⁵

Nesse depoimento, Lacerda definiu a situação política entre “democratas” e “forças comunistas” como polarizada. Sob tal ponto de vista sem posições intermediárias é que se deu a base principal da definição da noção de democracia no FT. Note-se que mesmo a candidatura alternativa de Carvalho Pinto pelo Partido Democrata Cristão, ainda que contra o modelo de governo praticado por Goulart, foi caracterizada por Lacerda como suficiente desagregação dentro do grupo dos “democratas” para ser considerada uma colaboração com as “forças comunistas”. É necessário lembrar, porém, que Lacerda esperava concorrer à presidência, em 1965, como candidato conservador e, portanto, a candidatura de Carvalho Pinto seria concorrente.

O trecho acima indica, portanto, a importância que a unidade tinha como argumento na época, o que remete à noção de identidade contra a alteridade.

O próximo exemplo trata de notícia sobre entrevista do deputado Bilac Pinto, presidente da UDN, ao Diário de Notícias – jornal que, como já vimos de Ianko Bett, estava inserido na mesma lógica do discurso anticomunista presente no FT:

“Ouvido pelo 'Diário de Notícias' sôbre os acontecimentos da Marinha, o deputado Bilac Pinto declarou que 'os vermelhos buscam solapar a ordem militar, estimulando por todos os meios os choques entre subalternos e superiores, a fim de enfraquecer o potencial ofensivo e defensivo das Fôrças Armadas, pois sabem que elas são o mais importante anteparo protetor das instituições democráticas, que pretendem destruir' (...)⁸⁶

Na citação indireta de Bilac Pinto, soma-se aos elementos de antagonismo percebidos no trecho anterior a ideia de que havia um grupo específico identificado como principal

⁸⁵ APÓS PERCORRER INTERIOR DE SP LACERDA VOLTOU A REUNIR-SE COM ADEMAR. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 24 mar. 1964, p. 6.

⁸⁶ BILAC: VERMELHOS BUSCAM SOLAPAR A ORDEM MILITAR. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 28 mar. 1964, p. 3.

responsável pela defesa da democracia – as Forças Armadas. Note-se que aqui “os vermelhos” funcionam como substituição para “os comunistas”. Também digno de nota foi o final do trecho acima, que definiu o objetivo geral dos “vermelhos”, isto é, a destruição das instituições democráticas. A notícia também conteve as supostas táticas usadas pelos comunistas para alcançar a fragilização da democracia dentro do contexto da Crise da Marinha⁸⁷, ocorrida em 25 de março, poucos dias antes da notícia ser produzida: o estímulo ao conflito entre subalternos e superiores, isto é, a desestabilização da ordem hierárquica nas Forças Armadas. Na semana final de março e logo após o Golpe, a questão da hierarquia militar foi evocada diversas vezes, tanto em notícias quanto em textos editoriais. BILAC: 'VERMELHOS BUSCAM SOLAPAR A ORDEM MILITAR

O próximo exemplo trata de notícia que cita editorial formulado pelo periódico carioca *Jornal do Brasil* sobre suposta crise de disciplina nas Forças Armadas:

“(...) A disciplina e a hierarquia militares não são inerentes apenas ao regime democrático. Até, pelo contrário, é entre nós precisamente que elas são menos regidas. No mundo comunista a autoridade é mantida a bala. (...)”⁸⁸

O editorial do *Jornal do Brasil* foi citado no FT em notícia do dia 30 de março, quando a Crise da Marinha repercutia intensamente no jornal. Como será visto a seguir, o editorial do jornal carioca citado esteve de acordo com editoriais e notícias do próprio periódico da Caldas Júnior aqui analisado. Assim, mais uma vez trata-se de uma forma de o jornal manifestar posicionamento político através da citação de agentes com discursos com os quais concorda.

Duas coisas chamam mais a atenção no trecho acima.

Em primeiro lugar, o próprio título impressiona por conter a ideia de que o estado de direito estava rompido no país. Apesar de ser uma citação a outro jornal, mais uma vez tratou-se de um momento em que a posição do FT foi manifesta na escolha do que deveria ser notícia: nesse momento de crise, não tiveram espaço no *Jornal* agentes políticos favoráveis a

⁸⁷ A Crise da Marinha ou Revolta dos Marinheiros foi uma série de acontecimentos que desde 1963 com a revolta dos sargentos em Brasília preocupou a alta oficialidade com a possibilidade de indisciplina. Em 25 de março de 1964 marinheiros e fuzileiros navais rebelaram-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Esse fato desencadeou uma crise política que causou a troca do Ministro da Guerra e atitudes contraditórias do governo, que num primeiro momento anistiou os revoltosos mas depois revogou a anistia. Dentre as reivindicações dos militares de baixa patente da Marinha estavam o direito de voto e elegibilidade, melhores condições de trabalho e o reconhecimento oficial de suas associações de classe. (Cf. Revolta dos marinheiros. In: Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 14/12/2011)

⁸⁸ JORNAL CARIOCA: O ESTADO DE DIREITO SUBMERGIU NO BRASIL. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 30 mar. 1964, p. 2.

Jango, senão apenas seus opositores. Além disso, a denúncia do Jornal do Brasil foi séria. Ao considerar o quadro político institucional como de ausência da validade das leis e culpar o governo Goulart por essa condição, o manifesto reforçou indiretamente o apoio a tomada de uma atitude radical contra o governo.

Em segundo lugar, chama a atenção mais uma vez a oposição entre democracia e comunismo, em que este último acha-se identificado com práticas de disciplina pela força e violência. Na citação do jornal carioca, foi afirmada a oposição entre o “nós” do regime democrático em oposição ao “mundo comunista”. Esse tema característico do período da Guerra Fria foi também abordado em textos editoriais no FT⁸⁹.

No discurso do FT, impedir o comunismo não era apenas uma necessidade interna brasileira, mas também um imperativo para que o Brasil se mantivesse em boas relações com o “bloco democrático” e mantivesse seu desenvolvimento econômico. No editorial de 20 de março intitulado “DIVIDA EXTERNA” afirmou-se que o Brasil precisava manter-se integrado no “bloco democrático e ocidental”, do que dependia “a cooperação internacional de que tanto necessitamos para superarmos a luta contra o subdesenvolvimento”⁹⁰. Isto é, a “ajuda financeira” em forma de empréstimos pelo FMI que, no UH gaúcho, chegou a ser criticada, em artigo de Flamarion Silva, como beneficiária dos EUA em detrimento de países do terceiro mundo⁹¹.

A luta da democracia contra o comunismo, central no discurso do FT, significou considerar a crise política como o resultado da influência de agentes estrangeiros. Não se tratou, portanto, de apontar divergências dentro da nação ou problemas de ordem socioeconômica geradores de desigualdade social, como foi o caso do UH. Pelo contrário, no FT, a questão foi afirmar que os democratas, brasileiros, estavam unidos em luta contra uma ameaça externa. Esse discurso partiu do princípio da divisão mundial em dois blocos opostos e antagônicos.

O próximo exemplo, notícia de 28 de março contendo manifesto de Carlos Lacerda, mais uma vez denuncia propósitos comunistas no Brasil:

“O governador Carlos Lacerda denunciou o plano do PC, utilizando o presidente e o seu cunhado, para a ocupação do poder.

⁸⁹ Exemplos claros da preocupação da Folha da Tarde com a posição do Brasil do quadro político internacional polarizado são vistos nos textos editoriais dos dias 20 e 31 de março, ambos citados no presente trabalho (p. 38 e p. 63 respectivamente).

⁹⁰ DIVIDA EXTERNA. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 20 mar. 1964, p. 4.

⁹¹ SILVA, Flamarion. Dinheiro, Não, Filosofia. *Última Hora*, Porto Alegre, 4 mar. 1964, p. 2.

Foram as seguintes as declarações do governador da Guanabara:

'(...) Um grupo militar amigo de Goulart e obediente aos comunistas assumirá o poder, derrubará os governos estaduais democráticos, e, para salvar as aparências, eliminará também o govêrno de Arraes em Pernambuco, suprimindo assim um possível rival de Goulart na área da cumplicidade com os comunistas. (...)'⁹²

O manifesto de Lacerda foi colocado na íntegra no Jornal. O trecho acima é ilustrativo da forma como, através da voz de Lacerda, três agentes foram relacionados com o comunismo e, portanto, excluídos do grupo dos “democratas”: o próprio presidente, um “grupo militar” que o apoiava e o Governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Note-se que Jango e Arraes não foram classificados por Lacerda como comunistas, mas como cúmplices dos mesmos. Especialmente com relação a Goulart, essa caracterização esteve de acordo com a forma como o presidente foi identificado em outras notícias presentes no Jornal no mês de março. Por exemplo, em notícia de 21 de março sobre manifesto contra as medidas do governo Goulart assinado por ex-presidentes e governadores, em citação o presidente foi identificado como “inocente útil dos comunistas”⁹³. Já em uma notícia de 24 de março, Armando Falcão, dirigente do PSD do Ceará, denunciou a intenção de Jango de fechar o Congresso Nacional e identificou-o como “escravo de um esquema comunizante”⁹⁴.

Também houve, em editorial de 30 de março, pouco tempo antes do golpe, afirmação de que Jango estaria “engajado numa manobra subversiva contra o regime democrático, com propósitos liberticidas”⁹⁵. Portanto, mesmo retratado como apoiador, aliado e até como conspirador a favor dos “vermelhos”, Jango não foi identificado diretamente no discurso do Jornal como comunista.

O quinto e último exemplo é uma notícia da coluna “Capital e Trabalho”, de 31 de março, citando depoimento de Antônio Magaldi, líder sindical paulista:

“CONTRA A INTROMISSÃO ESTRANHA AO SINDICALISMO

Finalizando, o sr. Antônio Pereira Magaldi disse que 'agora, mais do que nunca, chegou a hora de levarmos avante a bandeira de redenção do sindicalismo nacional e da emancipação econômica e social do País, visto que o povo de São Paulo e do Brasil, na praça pública, concedeu ao govêrno o plebiscito que havia solicitado, manifestando-se francamente pela democracia e pela paz social e contrário aos falsos nacionalistas que pretendem atrelar o Brasil ao regime escravizador da Rússia'. (...)'⁹⁶

⁹² LACERDA DENUNCIA NOVA TRAMA COMUNISTA NO PAÍS. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 28 mar. 1964, p. 6.

⁹³ QUATRO EX-PRESIDENTES E GOVERNADORES LANÇARÃO MANIFESTO PELA DEMOCRACIA. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 21 mar. 1964, p. 7.

⁹⁴ FALCÃO: GOULART NÃO TEM FÔRÇA PARA FECHAR O CONGRESSO. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 24 mar. 1964, p. 11.

⁹⁵ SINTOMAS DA DESAGREGAÇÃO. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 30 mar. 1964, p.4.

⁹⁶ LÍDER DO SINDICALISMO DEMOCRÁTICO VOLTA A COMBATER INTROMISSÃO POLÍTICA NOS

Aqui chama a atenção o título principal da notícia - “LÍDER DO SINDICALISMO DEMOCRÁTICO VOLTA A COMBATER INTROMISSÃO POLÍTICA NOS SINDICATOS”. Percebe-se, no título, a presença do termo “sindicalismo democrático” que deixa clara a existência de uma forma não-democrática de sindicalismo. A “intromissão política” combatida pelo líder, portanto, não é considerada parte da forma democrática de sindicalismo.

Acima Magaldi afirmou a necessidade de “levarmos avante a bandeira de redenção do sindicalismo nacional”, deixando clara a necessidade de o sindicalismo ser redimido, possivelmente em função da suposta intromissão política.

Também é importante indicar duas ideias do discurso democrático anticomunista presentes no fragmento acima: primeiro, acusou suposta existência de falsos nacionalistas, que na verdade teriam como objetivo “atrelar o Brasil ao regime escravizador da Rússia”. Segundo, na denúncia do atrelamento ao regime escravizador russo, o depoimento colocou em pauta um importante elemento relacionado à democracia e ao comunismo – a defesa de uma liberdade identificada com a própria defesa da democracia. Foi comum ver a defesa da “democracia e da liberdade” ou das “liberdades democráticas” nas páginas do FT.

A oposição entre democratas e comunistas presente nas notícias, como vimos nos exemplos do Jornal, foi uma característica de seu discurso sobre democracia que tinha um papel central: causar receio, criar um quadro de Brasil em que as instituições poderiam ser golpeadas a qualquer momento, em que a democracia via-se ameaçada por forças estrangeiras. O próprio governo estaria a promover essa tragédia, tendo como principal apoiador o Presidente da República, em aliança com órgãos comunistas como o CGT.

Ser democrata, então, de acordo com o discurso difundido no FT, significou impedir a transformação nefasta do Brasil. Significou manter a confiança nas Forças Armadas, guardiãs da democracia, e agir com desconfiança frente às políticas de um governo influenciado por forças estrangeiras.

2.2 DEMOCRACIA, REFORMAS E CONSTITUIÇÃO

A necessidade da superação de entraves ao desenvolvimento do Brasil foi consenso na sociedade brasileira à época do Governo Goulart. O Plano Trienal, aprovado em 1962 com o

objetivo de combater a inflação e realizar reformas econômicas, dentre elas a agrária, sustentava-se sobre essa ideia. Tanto a esquerda quanto a direita viam a antiquada estrutura agrária brasileira, voltada à exportação, como barreira econômica. A questão não era realizar ou não as reformas, mas sim conceber como – e até que ponto – realizá-las.

No discurso do FT, a aceitação da necessidade de reformas de base foi uma constante. Não houve negação dessa necessidade, nem da importância que a mesma tinha para a população. O editorial a seguir, de 20 de março, dá indícios esclarecedores da forma como as reformas promovidas pelo governo foram pensadas no Jornal:

“A nação brasileira está vivendo um momento crítico para a sobrevivência de suas instituições livres. Já ninguém ignora o lançamento de uma campanha ardilosa, de cunho nitidamente totalitário, para o desprestígio do sistema representativo popular. Pretende-se envolver o Congresso Nacional num plano suicida de pressões e de constrangimentos, executado pelo sindicalismo espúrio. A pretexto de encaminhar as reformas de estrutura, cuja tese é unânime aceita por todas as camadas da opinião pública, deseja-se criar um clima propício para a subversão e para a desordem.(...)”⁹⁷

O editorial acima foi claro: o Jornal não negou a necessidade da realização das reformas de base, porém considerou que as mesmas foram usadas como pretexto para a promoção do rompimento da ordem. No discurso do FT, como será visto, o governo e seus apoiadores foram acusados de usar as reformas para atacar a Constituição e, por conseguinte, a democracia com objetivos golpistas.

De acordo com o discurso do FT, as reformas de maneira alguma justificavam mudanças constitucionais. A Constituição foi articulada no discurso do Jornal como a base da democracia e, mais especificamente, como algo que o governo queria abolir. A denúncia da ameaça iminente de colapso institucional causado pela ruptura constitucional foi uma constante nas páginas do Jornal. Tratou-se de uma ligação direta entre o ataque à Carta Magna e os propósitos comunistas.

A seguir, serão citados exemplos dessa relação entre Constituição, reformas e democracia. O primeiro deles trata de citação de um manifesto do próprio editor do Jornal, Arlindo Pasqualini, colocado na capa da edição do FT de 20 de março:

“(...) Se o problema é reunir multidões em praça pública, se é isso e somente isso que impressiona certos espíritos primários ou primitivos, aí está o que aconteceu ontem em São Paulo: por iniciativa das mulheres, o povo se concentrou, desfilou pelas ruas, ganhou 'a praça que é do povo' e disse que não; não quer que se altere a Constituição, não quer viver sem liberdade, não quer abolir a democracia, não quer regredir aos tempos do absolutismo.

⁹⁷ CAMINHOS DA SUBVERSÃO. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 20 mar. 1964, p. 4.

(...)⁹⁸

No trecho citado, percebe-se que foi feita estreita relação entre modificação constitucional, abolição da democracia e perda total de liberdade.

Por fim, na última frase, em referência ao absolutismo, nota-se que os decretos assinados por Goulart foram pensados como atos que extrapolaram os limites do regime e indicaram o objetivo de concentrar os três poderes na mão do presidente.

Houve também a desconstrução, por parte do FT, do Comício da Central, ideia reforçada pela frase inicial do trecho citado: nela, o Comício, principal manifestação pública do governo e de seus apoiadores em favor de idéias de reformas de base, foi ironizado como manifestação para impressionar espíritos primários. Compreende-se, portanto, que as reformas pretendidas pelo governo não foram consideradas legítimas.

O segundo exemplo é uma notícia de 21 de março contendo depoimento de Mário Hugo Ladeira, deputado estadual de Minas Gerais, em defesa da Constituição e do Congresso:

“(...) No documento aprovado, o deputado Mário Hugo Ladeira diz que as forças democráticas não podem se omitir, numa hora grave como a atual, deixando de levar seu apoio ao Congresso, agora sob franca coação e ameaças dos comunistas. Enquanto isso, a Constituição que sobrepair a todos os poderes, é desrespeitada em praça pública, em presença de autoridades a ela subordinadas e que juraram defendê-la. 'No momento em que os brasileiros começam a caminhar, pacífica e seguramente, para novas conquistas sociais, surgem os comunistas afirmando, sob o pretexto de se fazer as reformas, que a Constituição está superada e que o povo está acima dela, quando à mesma se subordinam todos os brasileiros, a começar pelo presidente da República.' (...)”⁹⁹

Acima está presente a ideia de que as conquistas sociais, antes da interferência comunista, estavam ocorrendo em regime de paz social. A paz, oposta à ação comunista e em conformidade com a democracia, aparece como elemento fundamental de antagonismo às práticas consideradas comunistas.

O depoimento citado afirma, em conformidade com o discurso do FT, que as reformas são pretexto para o rompimento constitucional.

A Constituição aparece, no Jornal, como balizadora das reformas. Apenas através dela considerou-se possível solucionar os problemas brasileiros, e não através da sua superação, posição atribuída ao governo e seus apoiadores.

O próximo exemplo trata de notícia de 21 de março sobre o parecer da delegação

⁹⁸ PASQUALINI, Arlindo. OS HOMENS BONS. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 20 mar. 1964, capa.

⁹⁹ ASSEMBLÉIA DE MINAS NEGA VOTO A COMÍCIO DE GOULART. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 21 mar. 1964, p. 5

gaúcha do PSD em apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek para as eleições de 1965. O trecho citado reforça a oposição às reformas através de modificações constitucionais:

“(...) A declaração de voto da delegação gaúcha afirma também que 'no exercício da Presidência da República o senador Kubitschek promoverá as reformas de conteúdo democrático e cristão, respeitando a Constituição e os direitos fundamentais do homem'.”¹⁰⁰

Na notícia, mais uma vez foi reafirmada a necessidade de reformas. Entretanto, as reformas promovidas por JK são caracterizadas da seguinte forma: democráticas, cristãs, constitucionais e cumpridoras dos direitos fundamentais do homem.

A necessidade de se reafirmar as características das reformas consideradas democráticas dá indícios de que, para os membros gaúchos do PSD, certos agentes estariam promovendo reformas de conteúdo diferentes das de Kubitschek. Essas reformas teriam como característica serem “não-cristãs”, “não-democráticas”, “não-constitucionais” e “desrespeitosas dos direitos fundamentais do homem”. Com base na forma como as reformas do governo foram caracterizadas no FT, pode-se afirmar que as reformas consideradas “contrárias” às de JK seriam justamente as promovidas por Jango e seus apoiadores.

O último exemplo é um editorial de 28 de março. O texto a seguir foi feito com o claro objetivo de desconstruir o governo de Goulart e denunciar seus supostos propósitos golpistas:

“A julgar pelas últimas manifestações dos porta-vozes da presidência da República, nada existe de anormal no País. (...) O chefe da Nação, como um autêntico guardião das liberdades democráticas, jamais pensou sequer em rasgar a Constituição, que jurou solenemente defender em toda a sua plenitude. (...) Ocorre que semelhantes afirmações de fé à lei e à ordem, por uma curiosa coincidência, somente passaram a ser feitas depois que a consciência popular começou a arregimentar-se para a defesa do regime. Antes disso, as vezes que se ouviam ameaçavam céu e terra, com incitamento às massas para a aventura de uma luta fratricida, a pretexto de uma pregação reformista ambígua e suspeita na sua formulação. Apenas os ingênuos não surpreenderão nessa estranha “metamorfose” da ação governamental todos os ingredientes para uma operação tática para despistamento das áreas de resistência ao golpe, em franca preparação.

Pretende-se, por meio dessa estratégia, anestesiá-la a opinião pública para, então, súbitamente, de inopino, desfechar-se o ataque final contra as trincheiras do regime democrático, como tem acontecido em todos os países que sucumbiram na órbita das tiranias totalitárias. Eis porque o povo deve permanecer unido e vigilante para desmascarar as artimanhas dos falsos legalistas.”¹⁰¹

O editorial citado acima é essencial para se entender a posição do FT com relação ao presidente Goulart. Publicado três dias antes do golpe, seu conteúdo foi de explícito não-

¹⁰⁰ CONVENÇÃO DO PSD: DELEGAÇÃO GAÚCHA FAZ DECLARAÇÃO DE VOTO FAVORÁVEL À CANDIDATURA DE JUSCELINO. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 21 mar. 1964, p. 7.

¹⁰¹ MANOBRA TÁTICA. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 28 mar. 1964, p. 4.

reconhecimento da legitimidade do governo.

No trecho acima, foi apontado o conjunto de características atribuídas pelos porta-vozes do governo a Goulart, para num segundo momento negá-las e transformá-las em seus opostos. A manifestação dos porta-vozes foi denunciada como parte de uma estratégia de “despistamento” para “anestesiá-la opinião pública”.

O presidente foi identificado como falso guardião das liberdades democráticas e da Constituição. As reformas promovidas pelo governo, nessa lógica, foram mais uma vez consideradas apenas um pretexto. O objetivo real do governo foi, segundo o discurso do FT, o ataque à democracia e a implementação do totalitarismo.

Dentro do contexto de insegurança, ameaça de guerra e denúncia de supostas conspirações comunistas de golpe, a Constituição foi considerada como pétrea, como lei em que a menor modificação poderia causar o próprio colapso da democracia. As reformas promovidas pelo governo foram significadas, no discurso do Jornal, como práticas dissimuladas de ataque ao regime democrático. Sabendo que a dissimulação e o ataque à democracia são características atribuídas aos comunistas nesse discurso, percebe-se que a presidência Goulart já não era considerada legítima.

Foi visto, no presente capítulo, que o FT articulou um discurso em que a oposição entre os conceitos de “democracia” e “comunismo” teve papel central. Além disso, a defesa da manutenção do regime democrático foi significada como inalteração das estruturas constitucionais do país.

Ao dividir o Brasil entre dois blocos antagônicos, o discurso da dicotomia democracia/comunismo força qualquer posição legítima a situar-se dentro do domínio do “mesmo”, dentro de uma identidade preestabelecida como a única possível fora do domínio maléfico da ameaça vermelha: democracia sem pluralidade. Isso significa dizer que dentro do discurso do Jornal não se vislumbrou espaço no Brasil democrático para a disputa política por diferentes opções de rumos, pois a discordância foi vista como o “outro” ilegítimo.

No capítulo 3 serão colocados em pauta quatro momentos cruciais do período final do governo Goulart: o Comício da Central no dia 13, a Marcha da Família no dia 19, a Crise da Marinha com ápice no dia 25 e o próprio Golpe de 31 de março. Será explicitada, em termos gerais, a forma como UH e FT articularam seus discursos frente a esses acontecimentos.

3 COMPARAÇÃO DOS DOIS JORNAIS

Os dois periódicos concorrentes manifestaram-se, como vimos nos dois capítulos anteriores, de maneira bem diversa em apoio à democracia. Fizeram escolhas partindo do mesmo contexto de crise no Brasil, tendo ao alcance as mesmas diversas opções de posicionamento político e até utilizando o mesmo conceito, mas chegaram a conclusões completamente diferentes sobre o que é a democracia a ser defendida, o que significa ser democrata e qual o caminho a ser seguido na política brasileira.

Neste capítulo, serão comparadas as posições dos dois jornais em quatro momentos cruciais para se entender o final do período democrático com Jango: O Comício da Central, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, o ápice da Crise da Marinha e o Golpe.

Na repercussão desses momentos, UH e FT tomaram posições editoriais distintas e relativamente claras. Essas posições refletiram-se nas escolhas das notícias, nos editoriais e nos artigos por várias semanas.

Como veremos, o centro das atenções em ambos os jornais é o governo, e Goulart em especial. A figura do presidente é o ponto de referência mais importante da posição de ambos os periódicos em termos de apoio ou antagonismo. A partir do presidente e do governo relacionado à sua pessoa é que se desenvolve, no UH, a defesa constante da democracia reformista e, no FT, a defesa da democracia anticomunista.

As escolhas adotadas editorialmente em periódicos inserem-se no contexto da complexa disputa social pelas ideias, tanto refletindo quanto interpretando e influenciando o quadro político do local e da época. A forma totalmente diversa com que UH e FT manifestaram-se diante dos mesmos acontecimentos só vem a reforçar o caráter político inerente à prática jornalística e a negar a possibilidade de se pensar um jornal como mero veículo de informação. Principalmente no fim de março, período mais conturbado do governo de Jango, percebe-se que há uma definição clara nas páginas de ambos os jornais aqui analisados sobre o que deve ou não ser notícia.

Por exemplo, importantes manifestos de Leonel Brizola foram citados e até divulgados na íntegra em notícias do final de março de 1964. Como vimos na Introdução deste trabalho, a relação do UH com Brizola foi de atrito durante o governo, apoio total durante a Legalidade em 1961 e, por fim, de omissão, o que terminou por favorecer a candidatura de Meneghetti contra Echegoyen em 1962. Porém, como líder nacionalista e principal articulador da Rede da

Legalidade, as opiniões de Brizola sobre o cenário nacional e o possível golpe contra Jango coincidiam com as do periódico de Wainer.

Por outro lado, foi Carlos Lacerda quem teve sua presença privilegiada dentro do FT no mesmo período. O governador da Guanabara tinha um histórico de posição contra o trabalhismo, afirmava-se anticomunista, além de mostrar oposição a Goulart desde quando este último exercia o Ministério do Trabalho no governo Vargas. No momento mais crítico de acusação e antagonismo contra o governo Goulart no periódico da Caldas Júnior, a opinião de Lacerda coincidiu com a do Jornal.

A escolha entre tornar notícia uma manifestação de Brizola ou Lacerda é consciente e fornece indícios da posição do Jornal frente a própria disputa política em que estavam envolvidos os dois agentes político-partidários. É nesse sentido que a notícia, para além dos artigos e das cartas editoriais, também dá indícios da orientação editorial.

A questão aqui é justamente pensar como, dentre todos os acontecimentos da época, é escolhido o que é de “interesse público” e, por consequência, o que é de menor relevância. Está claro que essa escolha passa pelo interesse dos jornais em conquistar seu público-alvo, e da própria identificação de qual é o público-alvo a ser conquistado. Esse interesse, por sua vez, vincula-se estreitamente aos âmbitos público e privado de todo periódico a que Capelato se refere e que, segundo a autora, resulta no caráter de “mercadoria política” do jornal¹⁰². Interesse público, por seu teor político e de divulgação de um discurso acerca da realidade, na busca da persuasão do leitor e da sociedade. Interesse privado, por estar vinculado à meta empresarial de vendas e de divulgação do jornal como mercadoria, na busca da persuasão do “consumidor”.

Veremos agora, caso a caso, como FT e UH articularam seus discursos nos momentos mais críticos do final do governo democrático em 1964. Suas posições, refletindo o objetivo dos periódicos nos âmbitos político e empresarial, deram indícios úteis para a compreensão do contexto maior de disputa política da época.

3.1 O COMÍCIO DA CENTRAL

Francisco Weffort afirma que a política reformista adotada por Goulart possibilitou o rompimento do que ele chama de “regime populista”. Segundo o autor, embora Jango tivesse

¹⁰² CAPELATO, 1988, p. 18

certo poder de condicionamento sobre o movimento popular pelas reformas, não era possível ao presidente controlar o processo político como um todo¹⁰³. A “brecha” possibilitada pela crescente importância da movimentação popular tendia a romper o equilíbrio na “aliança policlassista” limitadora da autonomia das massas, tanto no meio rural quanto no urbano. Assim, a pressão popular sobre o governo incentivada por Jango tinha como consequência a perda de controle institucional sobre as reivindicações populares.

O autor afirma que o voto secreto instituído em 1930 dá resultados a partir de 1945 para a consolidação da democracia no Brasil, não apenas formalmente, mas de fato. Segundo Weffort, o corpo eleitoral não deve ser confundido com o povo, uma vez que grande parte da população era analfabeta e, portanto, não podia votar. Entretanto, Weffort entende que o sufrágio vinha progressivamente ganhando importância como meio legal de acesso das reivindicações populares ao poder com relativa autonomia¹⁰⁴, ou seja, como meio de participação política. Além disso, a pressão popular sobre o Estado pode ser entendida, ainda segundo o autor, como legitimação do mesmo, o que reforça a ideia da existência de uma democracia “de fato” na época e da importância crescente das massas¹⁰⁵.

O Comício da Central, ou Comício das Reformas, é um claro exemplo em que a participação controlada da população na política acaba por permitir mais poder de reivindicação aos populares do que as instituições podem controlar. Organizado pelo governo Goulart, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, foi realizado entre cartazes do tipo “o povo exige as reformas”, “assine as reformas que nós faremos o resto”, “defesa da legalidade do PCB” e outras manifestações extremadas.

Dentre as reformas defendidas por Goulart na ocasião está inclusa a eleitoral, que concederia direito de voto a analfabetos e militares de baixo escalão. Assim, a soma de pressão sobre o Estado com a possível ampliação do acesso do povo ao jogo democrático teve um resultado importante: a relevância do Comício para a perspectiva de levar adiante a consolidação da democracia no país. Quando Brizola, tendo oportunidade de uso da voz no palanque, defende a convocação de uma Constituinte com participação de operários, camponeses e militares de baixa patente, está consumada a defesa da participação popular no meio político para muito além do que a “aliança policlassista” previa. O próprio Jango, ao afirmar estar o povo acima da Constituição, legitimou essa tendência e forneceu, assim, um

¹⁰³ WEFFORT, 1980, p. 78.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 18.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 23.

dos principais elementos usados como argumento pelos seus opositores para identificar antagonismo ao governo com luta pela democracia e pela Constituição.

No UH, a pressão popular pelas reformas foi apoiada em diversos momentos. Flávio Tavares, em sua coluna “Brasília Informa”, por exemplo, apoia a movimentação popular e a atitude do presidente de pressionar o Congresso Nacional através da mensagem enviada logo após o Comício da Central. Além disso, faz referência ao próprio Jango que, em reunião com membros do PSD, teria lembrado “a significação da pressão popular na preservação do próprio sistema democrático no País”¹⁰⁶.

Em outro momento, apoia-se discurso de Jango quando da assinatura do contrato de construção da Usina do Rosal, mais uma vez torna a pressão popular valorizada. A notícia conta com diversos trechos da manifestação do presidente, dentre eles um em que se afirma a legitimidade de numa democracia e a valia de “o povo pressionar democraticamente as instituições, o presidente, o Congresso para que eles sejam sensíveis às suas reivindicações(...)”¹⁰⁷.

Já no FT a pressão, especialmente sobre o Congresso pela aprovação das mudanças constitucionais para as reformas, foi editorialmente considerada digna de desconfiança, perigosa, ameaçadora da ordem. Até mesmo as reformas pareciam ser entendidas dentro de uma lógica de continuidade e manutenção das estruturas vigentes e de negação da possibilidade de transformações institucionais mais profundas.

Vejamos como os FT e UH gaúchos caracterizaram e definiram em suas páginas o Comício das Reformas, começando pelo periódico da Caldas Júnior.

Em primeiro lugar, é necessário frisar que nem sempre as cartas editoriais elaboradas logo após os acontecimentos são as que contêm de forma mais clara e completa a opção editorial de um jornal. Mais do que isso, a posição dos jornais não deve ser vista como algo cristalizado. O teor dos editoriais, ainda que tratando de um mesmo assunto, muda com o tempo e, em conformidade com novos acontecimentos, aumentam o leque de posições possíveis. Assim, pode-se verificar que o editorial de 21 de março apresenta uma opinião mais bem definida e até incisiva sobre o Comício do que a de 14, feita imediatamente após o acontecimento.

A primeira reação do Jornal ao comício de Goulart ocorreu no próprio dia 13, antes do mesmo acontecer. Notícias desse dia contaram com denúncias e insinuações contra o comício.

¹⁰⁶ TAVARES, Flávio. Frente Popular: Sua Base é a Mensagem. *Última Hora*, Porto Alegre, 20 mar. 1964, p. 6.

¹⁰⁷ JG: POVO É TUDO NUMA DEMOCRACIA. *Última Hora*, Porto Alegre, 19 mar. 1964, p. 6.

Um exemplo disso é encontrado na notícia da oposição na Câmara em Brasília sobre suposta intenção dos promotores do comício em “encenar, durante o comício esquerdista de hoje, um 'atentado' contra o presidente da república”. O objetivo de tal encenação teria sido lançar a culpa “às forças democráticas que combatem o govêrno do sr.. João Goulart”¹⁰⁸. A mesma notícia afirmou ainda terem “os militares também informes sôbre planos de invasões de terras em diversos pontos do território nacional, assim que assinado o decreto da SUPRA”. Esse aviso, que fecha a matéria, reforça a política de promoção de insegurança e medo que permeia todo o discurso do Jornal e tem relação, como já vimos, com a oposição entre democracia e comunismo. A suposta onda de invasões de terra que seriam desencadeadas com a assinatura do decreto no Comício foi ainda reforçada em notícia da página seguinte, contendo afirmação de Adhemar de Barros sobre a intenção do governo de São Paulo de resistir a possíveis invasões e defender a propriedade privada¹⁰⁹. A mensagem foi clara – o direito à propriedade estava em risco.

Outra notícia digna de nota, ainda no dia 13, é a que fez clara ligação entre o Comício da Central e a instauração do Estado Novo. A notícia afirmou que o discurso de Goulart seria realizado “no mesmo palanque mandado construir pelo Presidente Getúlio Vargas quando inaugurou o Estado Novo”¹¹⁰. O texto é curto, mas a ligação apontada no FT entre a manifestação de Goulart e o regime de Vargas não deixa de ser algo irônico: Getúlio usou como instrumento para justificar seu golpe a mesma “ameaça comunista” denunciada, quase trinta anos após, nas páginas do FT. Além disso, usou como prova de suas denúncias um documento forjado pelo então capitão Olímpio Mourão Filho – o mesmo militar que, com patente de general em 1964, foi um dos principais articuladores e executores do golpe de 31 de março.

A edição do dia 14 de março, já contando com os dados do comício, conta com editorial atacando o decreto da SUPRA em seus termos técnicos. Nesse momento foi colocado em questão o suposto perigo de 42% da área total do Rio Grande do Sul estarem sob risco de desapropriação pelas diretrizes do decreto, incluindo não apenas áreas rurais mas mesmo urbanas industriais¹¹¹. O título do editorial, “REFORMISMO ALUCINADO”, demonstra

¹⁰⁸ OPOSIÇÃO DENUNCIA QUE PROMOTORES DO COMÍCIO IRÃO ENCENAR ATENTADO CONTRA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 13 mar. 1964, p. 6.

¹⁰⁹ Ademar: SP Com a Constituição Defenderá a Propriedade Privada. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 13 mar. 1964, p. 7.

¹¹⁰ PALANQUE QUE SERVIU A GETÚLIO VARGAS PARA INSTALAR O ESTADO NOVO. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 13 mar. 1964, p. 7.

¹¹¹ REFORMISMO ALUCINADO. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 14 mar. 1964, p. 4.

claramente a posição contrária adotada pelo FT com relação à política reformista de Goulart defendida no comício do dia anterior.

No dia 21, o FT passou da discussão sobre os efeitos do principal decreto do Comício para o ataque frontal à própria motivação por detrás da manifestação. Vejamos o seguinte texto editorial:

“É constrangedor constatar que o processo subversivo em marcha foi sub-repticiamente desencadeado com o patrocínio acintoso do próprio chefe da Nação, que jurou solenemente defender a Constituição e as leis do País, para a realização do bem-estar do povo brasileiro. Lançada a campanha liberticida numa ruidosa concentração popular preparada e estipendiada com dinheiros públicos, a ela vieram a engajar-se imediatamente as mais conhecidas figuras de agitadores contumazes, sob a égide de entidades clandestinas como o CGT e afins.

(...)Ninguém pode se iludir sobre os propósitos daqueles que hoje estão tentando pressionar o Congresso, arregimentando contra a representação popular forças comprometidas na pregação de ideologias incompatíveis com a formação cristã e democrática de nossa gente. Os métodos são os mesmos, os sistemas de intimidação idênticos, os pretextos engendrados para anestesiar a opinião pública em nada diferem do jargão totalitário. Esta é, pois, a hora da união de todos os autênticos democratas, sejam governantes ou governados, para a luta em favor da preservação de nossas instituições livres.”¹¹²

Nesse segundo momento de posição do periódico, o Comício foi considerado espaço de promoção de “campanha liberticida” com engajamento de “agitadores contumazes, sob a égide de entidades clandestinas”. É importante ressaltar que os trechos acima foram escritos e divulgados depois que a Marcha da Família já havia ocorrido, o que foi significativo, pois nesse momento o FT já havia decidido pelo apoio à Marcha. Como veremos logo a seguir, a manifestação de São Paulo foi retratada no periódico como manifesto legítimo do povo em réplica ao comício de Jango, este último considerado anticonstitucional. A comparação entre as duas movimentações de rua permitiu mais clareza do Jornal em ataque ao comício do dia 13 no Rio, pois o exemplo negativo do “outro” reforça a identidade do “mesmo”: negar legitimidade ao Comício reforça a legitimidade da Marcha.

Assim, no FT, percebe-se claramente a oposição ao comício de Goulart. Essa oposição insere-se num posicionamento maior do Jornal de oposição ao próprio governo de Jango e seus aliados de esquerda, dentro do contexto da defesa da democracia contra o comunismo.

Na segunda parte do trecho citado, percebe-se a forma como a mensagem presidencial ao Congresso Nacional, lançada logo após o Comício e ligada ao mesmo, teve repercussão no FT: a atitude de Goulart em pressionar o Congresso pelas Reformas é vista como prática totalitária. Mais ainda, há a denúncia de o governo ter supostamente arregimentado contra o

¹¹² Métodos Totalitários. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 21 mar. 1964, p. 4.

Congresso “fôrças comprometidas na pregação de ideologias incompatíveis com a formação cristã e democrática de nossa gente” – isto é, fôrças comunistas – identificadas no discurso do periódico como agentes de práticas antidemocráticas e exógenas ao Brasil.

Vejamos agora a forma como o UH de Porto Alegre definiu sua posição editorial acerca do acontecimento. O exemplo a seguir é um texto editorial do dia 14 de Março, divulgado logo após o Comício:

“(...) Praticamente desde o surgimento da República falava-se da necessidade de atualizar os mecanismos da economia e da administração públicas. Sempre houve uma pressão constante, de baixo para cima, exigindo melhor distribuição de renda nacional, aceleração do processo de desenvolvimento, limitação da corrida inflacionária e abolição de anacrônicas instituições remanescentes do Império. Mas a limitação da área de poder a um grupo pouco numeroso de grandes latifundiários e exportadores de nossos produtos primários impediu que essa pressão alcançasse o seu objetivo. Sòmente com o surto de industrialização do País é que veio o desequilíbrio das fôrças, com interesses contraditórios, em luta nas cúpulas econômicas.

(...)

HOJE, é um Brasil maduro que vai às ruas exigir isso. É um Brasil sem dinheiro, mas cheio de esperança de que o dia da emancipação está próximo. Um Brasil que já fêz o diagnóstico de seu principal mal – a espoliação – e descobriu como combatê-lo. Quer as reformas já – porque se esperar não haverá o que reformar. A mensagem do presidente João Goulart é a identificação de todos os brasileiros com o seu futuro – o futuro de uma Nação jovem e soberana, que nasceu para ser forte e não desviará um centímetro de sua linha de progresso econômico e social.”¹¹³

O que vemos acima é uma tendência que se percebe em todo o mês de março: atribuir papel fundamental ao Comício – o “Brasil maduro que vais às ruas”, dentro da lógica de defesa das reformas de base como democráticas e como possibilidade de transformações socioeconômicas. No UH, a reafirmação da sintonia entre o presidente João Goulart e as reivindicações populares esteve sempre presente durante o período analisado – numa relação verticalizada de pressão “de baixo para cima”. Acima vemos mais uma vez essa afirmação, em que se diz que a mensagem de Jango é a “identificação de todos os brasileiros com o seu futuro”. Note-se que a ideia do progresso está sempre ligada, no periódico gaúcho de Wainer, à ideia de mudanças no âmbito social e econômico. Justiça social e independência econômica – como promessas não do futuro mas do presente, como está explícito acima – são consideradas as principais motivações por trás das reformas de base do governo Goulart.

Na capa de 14 de março, lia-se na manchete do topo, em letras brancas destacadas numa caixa azul: “JANGO INICIA REFORMAS”. Logo abaixo, outras três manchetes contaram com a confirmação da assinatura do decreto da SUPRA, da encampação das

¹¹³ O Comício. *Última Hora*, Porto Alegre, 14 mar. 1964, p. 2.

refinarias e da presença de duzentas mil pessoas no comício. O apoio ao Comício da Central, um dia após sua realização, começou também na capa, foi reafirmado em editorial e teve ainda o apoio de notícias como a dupla das páginas centrais, intitulada “OPERÁRIOS, CAMPONESES E ESTUDANTES EM APOIO TOTAL AOS DECRETOS DE JANGO”, em que foi também frisado o apoio das entidades sindicais ao Comício e a João Goulart.

Vejam agora trechos de outro editorial, elaborado menos de uma semana após o Comício:

“O comício da Guanabara foi o início de um processo que teve imediato prosseguimento com a mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional, na abertura oficial do ano legislativo. Êsses dois atos significam, concretamente, que o Executivo Nacional se propõe a efetivar as reformas exigidas pela grande maioria da Nação.(...) É certo que as reformas levam à polêmica e algumas vêzes à dúvida. No entanto, imaginar que o presidente João Goulart queira, com o seu documento e com os seus últimos atos de governo, subverter o processo, é não enxergar ou, o que é mais viável, procurar confundir o efêmero com o duradouro. Somente os srs. Adhemar de Barros e Carlos Lacerda imputam ao presidente intenções subversivas. Tôda a Nação, pelo que ela tem de mais responsável, está advertida de que, sem prejuízo da tranquilidade de nossa evolução democrática, todos estamos desafiados a encontrar novos módulos e uma outra velocidade para o nosso progresso.”¹¹⁴

No editorial de dezoito de março percebemos mais uma vez que no UH as reformas – e, por consequência, o Comício da Central – foram consideradas a resposta a uma demanda da sociedade: “as reformas exigidas pela grande maioria da Nação”. Houve, portanto, continuidade com relação ao editorial do dia 14, em que se afirmou que o Brasil saía às ruas por melhorias socioeconômicas. A posição do UH foi totalmente oposta à do FT, pois, enquanto o último atribuiu ao Comício e à mensagem presidencial ao Congresso intenções subversivas e liberticidas, o primeiro manifestou-se em defesa das duas manifestações como continuidade lógica da defesa das reformas de base.

O evento organizado pelo governo é entendido como uma advertência à Nação de que o desafio de achar “novos módulos e uma outra velocidade para o nosso progresso” não implicava necessariamente em prejuízo para o regime democrático. Além disso, a noção de progresso estava estreitamente ligada ao desenvolvimento industrial do país. Isso só parece reforçar a afirmação de Weffort de que as reformas de base apenas tiveram expressão, na época, através da relação que tinham com os problemas urbanos: no caso da Reforma Agrária, a mais polêmica das reformas, foi considerada necessária pela impossibilidade de a arcaica

¹¹⁴ As Duas Exposições. *Última Hora*, Porto Alegre, 18 mar. 1964, p. 2.

agricultura nacional, ainda em modelo de exportação, suprir a indústria em desenvolvimento¹¹⁵. Afinal de contas, à época de Goulart, o produto agrícola principal do Brasil ainda era o café.

Já o argumento da “subversão” ligada ao Comício, no editorial do dia 18, foi denunciado como falta de visão de alguns poucos – mas poderosos – agentes políticos.

O apoio ao evento do dia 13 no Rio se dá no UH, inclusive, desde antes do acontecimento do mesmo. No início do mês de março já vemos notícias de manifesto apoio antecipado aos comícios em preparação ao das Reformas, como o que ocorreu no passo municipal de Porto Alegre no dia 10. Uma notícia em apoio ao pré-comício na capital gaúcha, datada do dia 4, por exemplo, afirmou o apoio das entidades sindicais ao evento de Jango, em que conclamavam “os trabalhadores e o povo em geral para comparecerem a essa demonstração cívica de unidade e patriotismo, na defesa de soluções populares e nacionalistas para os problemas brasileiros”¹¹⁶. Já no dia 11, em artigo de Montserrat já citado em capítulo anterior¹¹⁷, o Comício das Reformas foi antecipado como maior manifestação da vontade reformista do povo, que busca mudanças na arcaica estrutura econômica e social do país. Inclusive nesse artigo foi afirmada a “indispensabilidade da industrialização do País e da nacionalização dos serviços de interesse público e das indústrias básicas”, com ou sem o apoio de países estrangeiros ou mesmo contra o interesse desses últimos¹¹⁸.

3.2 MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE

René Armand Dreifuss afirma ter sido o IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, uma organização empresarial surgida em 1961, com o objetivo de “readequar e reformular o Estado”, buscando evitar o que consideraram uma “tendência esquerdista da vida política”. Empresários de diversas ideologias políticas teriam participado da entidade, tendo em comum a vontade de alcançar uma “liderança política compatível com sua supremacia econômica e ascendência tecnoburocrática”¹¹⁹.

Segundo o autor, “a mais significativa conquista do IPES no campo da mobilização

¹¹⁵ WEFFORT, 1980, p. 19.

¹¹⁶ SINDICATOS: TODO APOIO À CONCENTRAÇÃO DO DIA 13. *Última Hora*, Porto Alegre, 4 mar. 1964, p. 15.

¹¹⁷ No Capítulo 1, p. 25, tratando sobre a forma como, no artigo, foi caracterizado o discurso considerado “reacionário”.

¹¹⁸ MONTSERRAT, J. A Praça é do Povo. *Última Hora*, 11 mar. 1964, p. 2.

¹¹⁹ DREIFUSS, 1981, p. 162-163.

ideológica consistia na utilização das classes médias como a nova clientela política e o desenvolvimento de meios para mobilizá-las, com êxito, como uma massa de manobra”¹²⁰. Segundo Dreifuss, embora as lideranças do IPES reconhecessem que a classe média, pela sua tendência à “consciência individualizada de cada um de seus membros”, fosse um grupo difícil de liderar, o empobrecimento da mesma através da inflação teria provido a base necessária para conseguir a sua mobilização¹²¹.

Dentro da lógica da manipulação da classe média, despontam como de suma importância a utilização pelo IPES de associações femininas. A entidade teria escolhido utilizar a

“dona-de-casa da classe média como potencial ponta de lança para o contra-ataque a João Goulart. Justificando essa escolha estaria o fato apontado por antropólogos e sociólogos ouvidos pela organização de que a figura das mães e avós teriam grande influência no país. Essa escolha do IPES, segundo o autor, “visava diretamente às esposas, irmãs e mães dos militares, profissionais, comerciários e tecnoburocratas.”¹²².

Ainda segundo o autor, o IPES “custeava, organizava e orientava politicamente as três organizações femininas mais importantes: a Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE, do Rio de Janeiro, a União Cívica Feminina – UCF, de São Paulo, e a Campanha para Educação Cívica – CEC”¹²³. O principal resultado dessa organização em torno de associações femininas foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, capitaneada pela UCF em São Paulo e realizada na capital do Estado no dia dezoito de março de 1964. Dreifuss aponta que a marcha teria contado com mais ou menos quinhentas mil pessoas¹²⁴. Citando Lincoln Gordon, então embaixador dos Estados Unidos, o autor afirma que a Marcha não teve expressiva participação das classes mais baixas. Pelo contrário, teria sido uma manifestação limitada às classes média-alta e alta.

O objetivo principal da Marcha da Família foi o de fazer uma réplica ao Comício da Central e atacar as supostas práticas subversivas do governo em alinhamento com o Comunismo. Para tal, pretendeu defender a democracia, a Constituição, a liberdade e as tradições cristãs do povo brasileiro como elementos indissociáveis, supostamente sob o ataque de Goulart e de seu governo. Dentre as personalidades políticas participantes do manifesto de

¹²⁰ DREIFUSS, 1981, p. 291.

¹²¹ Ibidem, p. 292.

¹²² Ibidem, p. 294.

¹²³ Ibidem.

¹²⁴ Ibidem, p. 297.

rua estavam Carlos Lacerda, então governador do Estado da Guanabara, e Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional. Dentre os apoiadores esteve o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, além de associações e entidades de professores, comerciários, operários e outras.

Segundo Dreifuss, não se pode afirmar com certeza que o golpe de Estado de 31 de março de 1964 só foi realmente praticado porque os militares sentiram-se apoiados pela Marcha da Família de São Paulo e por suas subseqüentes versões em outros lugares do país¹²⁵. O autor afirma, com base em documentos do IPES, que a conspiração já teria tido início em 1961, mas que “para se evitar um fiasco semelhante ao de 1961, havia uma opinião unânime de que, sem manifestações inequívocas da opinião pública, as Forças armadas não se sentiriam autorizadas a intervir”¹²⁶. Nesse sentido, portanto, é provável que a Marcha tenha tido papel importante na possibilitação de ação do Golpe.

Vejam agora a posição do UH e do FT com relação à Marcha da Família com Deus pela Liberdade, de São Paulo, começando pelo periódico da Caldas Júnior:

“(…)Tal como aconteceu na França em outros tempos, se os homens falharem é possível que as mulheres salvem o Brasil. E eis que algo já começa a acontecer. Se o problema é reunir multidões em praça pública, se é isso e somente isso que impressiona certos espíritos primários ou primitivos, aí está o que aconteceu ontem em São Paulo: por iniciativa das mulheres, o povo se concentrou, desfilou pelas ruas, ganhou 'a praça que é do povo' e disse que não; não quer que se altere a Constituição, não quer viver sem liberdade, não quer abolir a democracia, não quer regredir aos tempos do absolutismo. Sim, ainda há homens bons neste país. Eles precisam dar-se conta dos perigos a que a Nação está exposta: devem reunir-se, como outrora o fizeram os nossos maiores, proclamar o estado de emergência contra a conspiração em marcha para o assalto às instituições e, acima de tudo, devem os homens bons demonstrar que não temem os maus.”¹²⁷

Trata-se o editorial acima do manifesto (já citado no presente trabalho¹²⁸) de Arlindo Pasqualini, diretor do FT, veiculado na capa da edição de 20 de março. Esse manifesto demonstra, de maneira muito clara, qual foi a posição adotada editorialmente pelo Jornal acerca da Marcha da Família: apoio total à marcha, tida como manifestação do povo nas ruas em oposição às medidas de ataque à Constituição, à democracia e à liberdade identificadas com o Comício da Central.

Analisemos parte por parte esse importante manifesto.

Em primeiro lugar, chama a atenção a rapidez com que a resposta positiva ao

¹²⁵ DREIFUSS, 1981, p. 298.

¹²⁶ Ibidem, p. 375.

¹²⁷ PASQUALINI, Arlindo. OS HOMENS BONS. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 20 mar. 1964, capa.

¹²⁸ No Capítulo 2, p. 42, tratando da relação feita no discurso do FT entre democracia e defesa da constituição.

comício foi manifestada no Jornal. Diferentemente do que houve no processo tomada de posição frente ao Comício da Central, em que o periódico foi passando gradualmente da crítica técnica para o ataque frontal, aqui a decisão de posicionamento foi imediata. Um dia após o acontecido já há o completo alinhamento editorial com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Em segundo lugar, mais uma vez o discurso do Jornal se insere na lógica de denúncia do suposto perigo que ameaça Nação, o que se percebe nos trechos em que se afirma ser “possível que as mulheres salvem o Brasil” e haver a necessidade de “dar-se conta dos perigos a que a Nação está exposta”. Note-se aqui o protagonismo dado ação política política das mulheres, algo específico da posição do Jornal nesse momento. Naquilo que Dreifuss afirmou estar o patrocínio e a orientação do IPES às associações femininas, o FT percebeu estar a salvação do país.

No editorial, o quadro político nacional é dividido entre os “homens bons”, somados às mulheres salvadoras do Brasil, em oposição aos “homens maus”. Do lado dos bons, estava a defesa da Constituição, da democracia, da liberdade, das instituições e o ato de evitar um “regresso ao absolutismo”; do lado dos maus, estavam a conspiração contra as instituições e, como se deu a entender, o ataque à Constituição, à democracia, à liberdade, bem como pretensões absolutistas. Lembrando que enquanto o comício de 13 de março foi identificado, no discurso do FT, como manifestação anticonstitucional e antidemocrática, a Marcha da Família foi considerada o seu inverso.

Com base no percurso até aqui traçado, neste momento já é possível confirmar que o FT considerou estar o país sob grave ameaça de colapso e haver duas grandes forças antagônicas em choque: os democratas e os comunistas. O povo, com a Marcha em luta pela democracia, contrasta assim com o governo em manobra subversiva através do Comício.

Por fim, as frases finais do editorial do dia 20 conclamam os “homens bons” – os democratas – a agirem, a reunirem-se, a “decretar[em] estado de emergência” e, sobretudo, a não temerem os maus. Não houve, porém, clareza na definição de qual ação deveria ser tomada. A chamada teve mais o caráter de preparar os ânimos do leitor para uma possível reação do que estimular algum movimento em especial: foi mais a difusão da tensão e da desconfiança do que propriamente de uma atitude de reação frontal contra o governo.

Vejamos a seguir uma notícia do FT ainda do dia 20 de março:

“(…)Mais de um milhão de pessoas participaram do ato em defesa das instituições e, desde a Praça da República até o Largo da Sé, tôdas as ruas estavam tomadas pelo povo que repetia em voz alta refrões em prol da liberdade da Constituição e contra o comunismo. (...)”

Por outro lado, cerca de 3.500 onibus levaram a São Paulo delegações do interior e de outros Estados para participar da 'Marcha Pela Liberdade', que terminou no Largo da Sé, com uma concentração onde foi lido o manifesto das senhoras paulistas verberando os que querem entregar o Brasil cristão aos comunistas. (...)”

A 'Marcha da Família' iniciou às 16 horas de ontem na Praça da República, rumando para a Praça da Sé, onde foi cantado o Hino Nacional, rezado o Pai Nosso, hasteadas todas as bandeiras dos Estados, com o acompanhamento o Hino à Bandeira, e lida a mensagem de fé dirigida ao povo brasileiro, em defesa do regime e das instituições democráticas.(...)”¹²⁹

No trecho citado acima, chama a atenção, primeiramente, o número estimado de pessoas presentes na marcha: um milhão de participantes. Como veremos mais tarde, esse número contrasta radicalmente com a estimativa divulgada no mesmo dia 20, pelo UH, de “alguns milhares de paulistas” presentes ao evento.

A notícia, além de reforçar o caráter de defesa constitucional e da liberdade contra o comunismo, atribuído no periódico à Marcha da Família, acrescenta um importante novo elemento: a ideia de que havia agentes que desejavam “entregar o Brasil cristão aos comunistas”. Aqui está definida uma das características do discurso do FT acerca da democracia: a relação da democracia com o cristianismo, em oposição ao “comunismo ateu”. A defesa da “tradição democrática e cristã” do Brasil contra o “comunismo” esteve presente em diversos momentos após a Marcha, tanto em notícias quanto em editoriais. Por exemplo, além do editorial do dia 20, também nos dos dias 21 e 24 a relação entre “democracia” e “cristianismo” esteve presente em editoriais. No dia 21, como já foi visto nesse capítulo¹³⁰, essa relação aconteceu dentro do contexto da denúncia do suposto objetivo subversivo do governo com o Comício da Central.

Vejamos a seguir o editorial do dia 24, também alinhado à Marcha da Família:

“(…) O povo paulista, numa impressionante demonstração de amor e de respeito pelas instituições livres, disse um vigoroso NÃO aos forjadores de crises e apologistas dos regimes totalitários. (...) Outras concentrações com idêntico propósito já estão programadas em vários pontos do País, inclusive em nossa Capital, para comprovar definitivamente que o povo brasileiro não está indiferente ao processo de destruição da democracia representativa. (...) Tôdas as vontades estão firmemente arrematadas para a luta em favor da preservação dos princípios morais e cristãos que inspiram a sociedade brasileira e constituem um anteparo à ação desagregadora e dissolvente dos saudosistas das experiências extralegais. (...)”¹³¹

¹²⁹ 'MARCHA PELA LIBERDADE' EM SP CONCENTROU 1 MILHÃO DE PESSOAS. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 20 mar. 1964, p. 6.

¹³⁰ Na p. 50.

¹³¹ SE NÃO, NÃO!. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 24 mar. 1964, p. 4.

Percebe-se que o FT não apenas apoiou completamente a Marcha da Família e identificou-a como manifestação democrática e cristã como também divulgou os eventos de mesmo nome a serem realizados em vários pontos do país. Pode-se dizer, portanto, que houve uma inequívoca identificação entre a posição editorial do periódico e as posições dos organizadores da Marcha. Desde o antagonismo e denúncia às medidas e comícios do governo até o ataque ao próprio presidente Goulart, ambos contaram com práticas discursivas estreitamente semelhantes.

Passemos agora à forma como o UH gaúcho manifestou-se acerca da Marcha da Família, começando com trecho de uma notícia de 20 de março:

“Aos brados de 'um, dois, três, Brizola no xadrez' e 'tirem seu dinheiro do banco' alguns milhares de paulistas, promoveram ontem a marcha das boas famílias numa tentativa de réplica ao comício de 200 mil pessoas do último dia 13 na Guanabara. (...) O clamor dos trabalhadores exigindo na praça pública as reformas de base obrigou o recuo dos grupos promotores da passeata que chegaram a ostentar cartazes dizendo serem 'a favor das reformas, mas contra a intranquilidade'. (...)”¹³²

A notícia acima foi a única citação direta presente no Jornal sobre a Marcha no dia posterior ao acontecimento da mesma. Além disso, estava contida em uma pequena caixa quase escondida na página seis. Fica claro, portanto, o fato de que, num primeiro momento, o periódico de Wainer quase ignora o ocorrido em São Paulo no dia 19. No dia 20 o jornal circulou basicamente com notícias e artigos a favor das medidas do governo, como a mensagem presidencial ao Congresso pedindo modificações na Constituição, além do já consolidado apoio a Goulart. O trecho citado acima chama a atenção pela forma como procura minimizar o efeito da Marcha, caracterizando-a como uma “tentativa de réplica” ao Comício da Central em que “alguns milhares de paulistas” se manifestaram. Ao afirmar que a Marcha precisou recuar em função do “clamor dos trabalhadores exigindo na praça pública as reformas de base”, a notícia decretou o fracasso da manifestação em São Paulo. Por fim, a última frase manifestou a descrença na defesa das reformas manifestada pelos participantes.

Essa notícia, porém, não retrata completamente a posição editorial do jornal com relação à Marcha da Família. A questão é que o UH teve várias formas de reagir ao evento, agindo inclusive de forma contraditória. O assunto ainda teve espaço em artigos, em notícias e em um editorial em dias posteriores, com teor totalmente diferente do visto na notícia do dia 20. Temos, por exemplo, o editorial citado abaixo:

¹³² Polícia de Adhemar Garante a Marcha Das Famílias Bem. *Última Hora*, Porto Alegre, 20 mar. 1964, p. 6.

“(…) A verdade é que essas manifestações democráticas, mostras de opção política de amplas e diversificadas camadas da população, que livremente expressaram sua opinião e o seu sentimento a propósito dos problemas políticos atuais, apresentam dados de difícil avaliação, porque exageradamente sustentados em posições emocionais. O duelo estatístico dos comícios até agora realizados e, por consequência, os que se realizarão doravante, seja os de natureza reformista, seja os de caráter conservador, se, por um lado, são úteis para revelar a vitalidade do sistema democrático, não nos oferecem os dados indicativos da opinião pública brasileira, (...) Os comícios até agora dão noção da presença do povo nas ruas. O Plebiscito mostrará, através das urnas, para que lado pende a vontade popular. (...)”¹³³

Note-se que, nesse segundo momento, em 23 de março, a Marcha já tinha repercutido fortemente na mídia nacional e sua importância para a disputa política no país não poderia mais ser negada. Assim, agora dentro do espaço privilegiado de um editorial, o tema foi abordado de forma mais crítica: a Marcha é considerada uma demonstração da “vitalidade do sistema democrático”, através da “presença do povo nas ruas”, muito embora se tenha considerado que o evento do dia 19 de março tenha sido uma expressão de camadas da população com opiniões baseadas em “posições emocionais” exageradas. Surpreendentemente, a atitude do UH nesse segundo momento foi invocar a execução de um plebiscito para se definir qual seria a vontade do povo, uma vez que o Jornal reconhece a dificuldade de se definir qual é a opinião pública diante da crise política.

A posição do Jornal não mudou em função da repercussão da Marcha: ainda se posicionou a favor do Comício da Central e contra a manifestação ocorrida em São Paulo. Isso é percebido pela oposição feita no editorial acima entre os comícios de caráter “reformista” e “conservador”. A posição do UH foi de apoio à política reformista e contra os setores considerados conservadores e de direita, cuja noção de democracia teria tido o sentido real de manutenção de privilégios para uma minoria. Entretanto, identifica-se no editorial um certo reconhecimento, por parte do Jornal, da possibilidade de a Marcha ser um evento representativo de parcelas discordantes da opinião pública.

O editorial acima, porém, não esgota as novas formas escolhidas pelo UH para abordar a Marcha da Família. Como veremos a seguir, com o passar do tempo o Jornal foi posicionando-se progressivamente em ataque à manifestação ocorrida em São Paulo.

A notícia citada a seguir é um exemplo de como, inicialmente através de notícias citando outros discursos, o jornal passou à desconstrução da Marcha:

¹³³ A Grande Consulta. *Última Hora*, Porto Alegre, 23 mar. 1964, p. 2.

“A Ação Católica Brasileira da Arquidiocese de São Paulo distribuiu manifesto à Nação, expressando seu 'profundo constrangimento ante as explorações da fé e do sentimento religioso do povo brasileiro e utilização política da religião, criando um clima de divisão na Igreja a partir de diferenças de opção existentes no plano temporal'. (...)”¹³⁴

O trecho citado acima é parte de uma notícia ainda do dia 23 de março. A matéria tratou de uma manifestação católica cujo teor fez clara alusão à Marcha da Família, denunciando as “explorações da fé e do sentimento religioso do povo brasileiro” para fins políticos. A inclusão dessa notícia no UH não se deu por acaso: mesmo antes da Marcha, a utilização do cristianismo de forma política era identificada como característica do discurso “reacionário”, como já foi visto nesse trabalho¹³⁵. Além disso, o manifesto da Ação Católica Brasileira foi colocado na íntegra na notícia. Por outro lado, considerando a posição editorial adotada pelo FT de relacionar democracia com cristianismo, certamente não haveria espaço em suas páginas para notícias como a citada acima.

Houve também o artigo de Paulo Francis divulgado no dia 25 de março, já citado no presente trabalho, em que a Marcha da Família é identificada como propaganda organizada direitista. Nesse texto, quase uma semana após o evento, o mesmo foi comparado às manifestações de massas de Hitler e Mussolini. No mesmo texto, Francis declara que essa propaganda de direita precisava ser combatida. Segundo ele, as reformas estavam em risco e havia a possibilidade do surgimento do fascismo. Como causa para tal, foi apontada a suposta manipulação religiosa e, também, o convencimento de partes da opinião pública de que as únicas opções políticas do momento eram a democracia – entendida como combate à diversidade de opiniões – ou a ditadura¹³⁶.

Assim, FT e UH posicionaram-se de forma completamente oposta com relação à Marcha da Família do dia 19 de março em São Paulo. Um jornal retratou a mesma como a salvação do Brasil pela mulher brasileira contra o comunismo e pela democracia; o outro teve várias posições em momentos diferentes, mas sempre de oposição à Marcha – minimizando a importância da mesma; reconhecendo a necessidade de se definir com clareza qual era, de fato, a opinião pública e se coincidia com aquela que a Marcha fazia supor; atacando-a como manipulação do sentimento religioso e da opinião pública pela propaganda.

¹³⁴ SÃO PAULO: AÇÃO CATÓLICA REPELIU EXPLORAÇÃO DA FÉ. *Última Hora*, Porto Alegre, 23 mar. 1964, p. 3.

¹³⁵ Como por exemplo, no artigo de Floriano de Ávila citado no Capítulo 1, p.27.

¹³⁶ FRANCIS, Paulo (Franz Paul Heiborn). PROPAGANDA COMO ARMA. *Última Hora*, 25 mar. 1964, p. 2.

3.3 CRISE DA MARINHA

Hélio Silva aponta que a revolta dos marinheiros e fuzileiros navais no Rio de Janeiro, ocorrida em março de 1964, não foi o primeiro momento de crise dentro da esfera militar. Já em setembro de 63, levantes em Brasília haviam terminado com a prisão dos sargentos e soldados sublevados. Na ocasião, a reivindicação dos militares de baixa patente da capital federal havia sido a defesa do direito de serem elegíveis, pois, à época, apenas poderiam exercer papel de eleitores no sistema democrático¹³⁷.

O autor afirma que os eventos que culminaram com a “Crise da Marinha” tiveram início na questão da “discutível” legalidade da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais, que, na prática, funcionava, mas poderia ser considerada proibida pelo regulamento militar. A associação organizou comemoração do seu aniversário de dois anos, que seria realizado no Sindicato dos Metalúrgicos do Estado da Guanabara, ao que o Ministro da Marinha reagiu. Foi decretada a prisão de diversos organizadores. Os marinheiros então amotinaram-se em reação à ordem sob a liderança do cabo José Anselmo dos Santos, cercando o local.

Segundo Silva, a segunda ordem do Ministro da Marinha era para invadir o Sindicato “e retirar os amotinados, mortos ou vivos” – o que culminou com a aderência dos Fuzileiros navais enviados para cumprir a ordem contra o grupo dos amotinados¹³⁸. Estava consolidada a rebelião que terminaria com a troca do Ministro da Marinha e a anistia aos amotinados, essa última mais tarde revogada em função da pressão sobre o governo.

Vejamos agora como UH e FT posicionam-se acerca do ocorrido, começando pelo periódico de Wainer, no Rio Grande do Sul, e por um editorial de capa do FT assinado pelo próprio diretor do jornal, Arlindo Pasqualini:

“A Marinha apareceu ontem fotografada nos jornais. É que a situação na Armada chegou a tal ponto que para descrevê-la é melhor lançar mão da imagem; em prosa ou mesmo em verso não seria possível fazê-lo. Numa foto vê-se o Almirante Aragão, de mão no bolso, em traje civil, levando sua solidariedade aos marujos rebelados; em outra, aparece um velhinho sorridente, feliz da vida, como se tivesse ganho um presente de Páscoa. (...) Foram buscá-lo no Saco de São Francisco, lá em Niterói, e lhe disseram:
-Você é agora Ministro da Marinha!
Instruíram-no, a seguir, como devia proceder. Assim, liberou os insurretos; o chefe dêstes visitou-o no Gabinete Ministerial e lhe entregou uma flâmula que o Ministro guardou carinhosamente, prometendo não prender ninguém. (...) Enquanto isso, o Sr. João Goulart

¹³⁷ SILVA, 1978, p. 355.

¹³⁸ Ibidem, p. 356, 357.

voou para Brasília, com o propósito, ao que parece, de gozar o espetáculo de longe. É que, como comandante supremo das Forças Armadas Jango revela por vezes um grande senso de humor. (...) Será que é preciso tanto para chegar às reformas?”¹³⁹

O manifesto citado acima demonstra que, no FT, as ações do governo Goulart em resposta à Crise da Marinha foram caracterizadas como absurdas. Inicialmente, esse texto parece destoar da forma como geralmente o governo foi tratado – não tem o caráter grave e preocupado visto em outros editoriais, mas até dá à situação narrada um aspecto de comicidade, de ridicularismo.

Pasqualini descreveu a evolução da Crise como quem conta uma piada, mas a frase final devolve ao editorial o caráter de denúncia: ao indagar se seria “preciso tanto para chegar às reformas”, os objetivos do governo são colocados em cheque. A pergunta sem resposta deixa “no ar” a dúvida sobre qual seria a real intenção do governo. Este final seria apenas uma indagação, não fosse a ideia já consolidada no discurso do Jornal de que as ações do governo escondiam objetivos obscuros.

O texto a seguir, um editorial ainda do dia 30 de março, dá continuidade ao de Pasqualini e completa o seu sentido:

“(...) É fácil perceber a intenção oculta por trás desse comportamento deplorável daquele que, nos termos da Constituição, é chefe supremo das Forças Armadas, que tem a missão de defender as instituições republicanas, manter a ordem e zelar pela integridade territorial da Pátria. Engajado numa manobra subversiva contra o regime democrático, com propósitos liberticidas já desmascarados perante a opinião pública, deseja o Presidente da República dar a sua contribuição pessoal ao enfraquecimento e ao desprestígio das classes armadas. (...)”¹⁴⁰

A pergunta do editor do jornal foi respondida acima: as ações do governo não teriam sido necessárias para alcançar a realização das reformas, mas sim em função da “intenção oculta” de enfraquecer e desprestigiar as Forças Armadas para golpear o regime democrático. Claro está, portanto, o fato de que a posição do FT acerca da Crise da Marinha foi acusar o governo de atitude subversiva e antidemocrática. Além disso, percebemos acima mais uma vez a posição editorial do Jornal em relacionar o governo Goulart com a ameaça comunista: o liberticídio, o ataque à democracia e o ataque às Forças Armadas foram considerados práticas dos comunistas no Brasil. Reforçando ainda mais essa posição está a ideia de que Goulart age ocultamente, tendo sido “desmascarado perante a opinião pública. Segundo Fiorin, o agir às

¹³⁹ PASQUALINI, Arlindo. O PRESIDENTE ESCOLHE UM MINISTRO. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 30 mar. 1964, capa.

¹⁴⁰ SINTOMAS DA DESAGREGAÇÃO. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 30 mar. 1964, p. 4.

escondidas, usando do engano, foram características atribuídas aos comunistas no discurso do golpe e do subsequente “governo revolucionário”.

Já no dia 31, em edição lançada horas antes do golpe, a questão da marinha foi caracterizada pelo FT como evento cujas consequências foram motivo de preocupação internacional. Vejamos o trecho do editorial a seguir:

“A crise brasileira não é mais apenas um permanente motivo de desassossêgo e comoção interna, com o País praticamente paralisado e perplexo, à espera de um desfêcho imprevisível. Já agora passou a também preocupar os círculos políticos internacionais, conforme se depreende dos comentários a que vêm dando lugar em alguns dos principais órgãos de imprensa do mundo ocidental, sobretudo depois dos recentes acontecimentos com que se pretendeu aniquilar o princípio de autoridade e subverter a ordem hierárquica na Marinha. E nem poderia ser de outra maneira, pois a democracia representativa e a civilização cristã vêm sendo duramente golpeadas num país de proporções continentais como é o nosso, cuja subversão, além de bloquear os dispositivos de segurança de todo hemisfério, lançaria nas garras do totalitarismo vermelho a maior população latina do mundo(...). O que se passa hoje no País revela implicações de ordem eminentemente internacional, pois estamos sendo teatro, em última análise, das lutas que dividiram o mundo em dois grandes blocos políticos e militares...”¹⁴¹

A mensagem divulgada no editorial acima foi clara, quase em pleno golpe: a crise política no Brasil era tão grave que o país estava sob ameaça de conflito internacional e, o que era pior, contra o “bloco democrático” liderado pelos Estados Unidos. É flagrante seu tom de incitação ao medo através de advertências de que o país acabaria sendo palco de uma luta armada. No discurso do FT, a Crise da Marinha e seu desfecho foram considerados críticos para delinear esse quadro de suposta “ameaça” por seu caráter de agravante de um já corrente ataque à democracia e à civilização cristã no país. Assim, foram inseridos no contexto maior da luta entre o “bloco democrático” e o “bloco comunista”, base do discurso acerca da democracia e do comunismo no jornal da Caldas Júnior.

Vejamos abaixo a posição do UH sobre os mesmos acontecimentos:

“(...) A intervenção do Presidente João Goulart, perfeitamente acatada, marcou, inclusive, a derrota de grupos arruaceiros, ligados ao MAC, ao IBAD e ao heekismo, desencantados no seu propósito de perturbar a posse do Almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues. O saldo positivo da crise começa a surgir: o fim do terrorismo antidemocrático, falsamente acobertado pelo indispensável espírito de disciplina e a criação de condições de progresso para a Marinha uníssona com os sentidos humanos da nacionalidade.”¹⁴²

No editorial acima, divulgado na véspera do golpe, foi claro o apoio do UH à

¹⁴¹ A GRANDE AMEAÇA. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 31 mar. 1964, p. 4.

¹⁴² Saldo Positivo. *Última Hora*, Porto Alegre, 30 mar. 1964, p. 2.

intervenção de Goulart na Crise da Marinha. Assim, a anistia dos amotinados e a substituição de Silvio Mota por Paulo Mário Rodrigues, no Ministério da Marinha, foram vistos como benéficos. Outro elemento interessante do trecho acima é o fato de que o Jornal reafirmou a necessidade de manutenção da disciplina na Marinha do Brasil. Por outro lado, porém, denunciou que a defesa da disciplina estava sendo utilizada para fins de “terrorismo antidemocrático”. Note-se a acusação da atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática e do Movimento Anticomunista como “grupos arruaceiros”. O IBAD em especial, é identificado tanto em notícias¹⁴³ quanto em artigos¹⁴⁴, em vários momentos durante março, como articulador e executor de ataques antidemocráticos: o ataque contra a passeata de Leonel e Neusa Brizola em Belo Horizonte, por exemplo,. Tanto IBAD quanto MAC são definidos por René Dreifuss, em termos gerais, como entidades anticomunistas – o primeiro, uma junção de empresários conservadores e políticos integristas ligada à CIA; e o segundo, uma organização paramilitar¹⁴⁵.

Além disso, na continuação, o mesmo editorial sobre a Crise da Marinha descreveu as queixas mais recorrentes dos marinheiros revoltosos, dentre elas “a negação do direito de cear” e o “contraste entre a falta de reconhecimento de sua associação e completa legalidade de entidades equivalentes do Exército e da Aeronáutica”. Essa atitude tomada pelo periódico de analisar as reivindicações dos amotinados num espaço tão importante do Jornal como um texto editorial não foi vista no FT. Não houve a preocupação de valorizar as reivindicações dos marinheiros. Pelo contrário, a posição adotada foi de repúdio automático à revolta em si e denúncia dos supostos objetivos comunistas do governo.

O editorial do dia 30 de março foi escrito num momento de consolidação da posição do periódico acerca da crise. Entretanto, já no dia 26 de março, um dia após o ápice da sublevação dos marinheiros e fuzileiros, o periódico já havia se posicionado a favor da revolta. Nesse dia, foi divulgada notícia de página dupla sobre o acontecimento, localizada no espaço privilegiado das duas páginas centrais, com caráter basicamente fotográfico. Além das fotos, conteve breves trechos de comentários. O texto da matéria constitui basicamente o seguinte parágrafo, além das legendas nas fotos:

“Desde que eclodiu a crise na Marinha, UH permaneceu em vigília acompanhando o

¹⁴³ Governo Garantirá Comícios: A praça é do Povo. *Última Hora*, Porto Alegre, 18 mar. 1964, p. 6.

¹⁴⁴ FRANCIS, Paulo (Franz Paul Heiborn). IBAD VOLTA À TÁTICA DO GOLPE. *Última Hora*, 6 mar. 1964, p. 2.

¹⁴⁵ DREIFUSS, 1981, p. 101-103.

desenrolar dos acontecimentos. Os flagrantes que ilustram esta página dão uma noção do que foi o movimento deflagrado por 3 mil marinheiros, reivindicando melhores condições de vida. O fato mais humano foi a presença do velho João Cândido, chefe da “Revolta da Chibata”, de 1910, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, onde os marujos instalaram seu QG.”¹⁴⁶

Note-se que foi claramente definida na notícia, apesar do texto breve, a ideia também contida no texto editorial de 30 de março: a motivação subjacente à revolta foi a reivindicação de melhorias de vida.

A presença de João Cândido também é muito significativa, tanto textualmente quanto em termos fotográficos: além da menção ao “Almirante Negro” no trecho acima, a notícia contou com foto sua ao lado do Cabo Anselmo – liderança principal dos revoltosos. Foi construído, portanto, um paralelo entre as duas revoltas.

A principal motivação da Revolta da Chibata foi a insatisfação com a aplicação de castigos físicos desumanos aos marinheiros. Assim, ligá-la à revolta do dia 25 na marinha teve uma consequência importante para a notícia: reforçou a ideia de que os marinheiros apenas reivindicavam um tratamento melhor para o seu grupo, e não mudanças estruturais nas Forças Armadas. Isso contrasta, mais uma vez, com a posição adotada editorialmente pelo FT, em que a revolta foi pensada como parte de uma disputa internacional entre democratas e comunistas.

3.4 GOLPE MILITAR

René Dreifuss, como já visto anteriormente¹⁴⁷, afirma que a conspiração contra o governo de Jango teve início já em 1961, logo após o fracasso da tentativa de se impedir a posse do então vice-presidente. Os agentes do IPES e do IBAD teriam organizado toda uma rede de contatos contra Goulart com influência em diversas associações industriais, grupos empresariais, entidades estudantis, entidades femininas, na mídia e no meio militar. Assim, o ocorrido na noite do dia 31 de março não foi, segundo o autor, um “golpe militar”, mas sim um “golpe civil-militar” cujo resultado foi o fim do regime populista no Brasil¹⁴⁸.

Já para Francisco Weffort, embora não ignore a atuação de entidades como o IPES, o golpe foi resultado das próprias contradições do sistema populista. Segundo o autor, o regime populista foi caracterizado por um compromisso entre setores agrários e urbanos dominantes,

¹⁴⁶ 24 HORAS DE TENSÃO DOCUMENTADAS POR UH. *Última Hora*, Porto Alegre, 28 mar. 1964, p. 10-11.

¹⁴⁷ No item 3.3 deste mesmo capítulo, p. 55.

¹⁴⁸ DREIFUSS, 1981, p. 397.

ambos incapazes de fornecer sozinhos a legitimidade necessária para o Estado¹⁴⁹. As massas populares, nesse contexto, seriam a única fonte de legitimidade possível. Porém, para exercer papel de sustentação do Estado, precisavam ter acesso controlado e até manipulado ao poder, com o atendimento pelo governo de parte de suas reivindicações. A lógica era, portanto, contraditória, pois tinha como base promover a participação popular para preservar o poder burguês¹⁵⁰; manter a industrialização, evitando um conflito aberto com a agricultura tradicional de exportação de café.

A contradição do populismo no governo de Jango teria sido dupla: por um lado, a industrialização efetiva do país estava barrada pela estrutura agrária voltada à exportação, que precisava ser superada, mas cuja superação teria que evitar ferir os interesses da elite agrária envolvida no “compromisso. Por outro lado, o país estava em pleno processo de ampliação da democracia: não se tratava mais de um sistema democrático de cunho apenas formal, como aquele presente no Brasil antes de 1930, mas sim de uma forma de expressão política que desde 1945 permitia crescente acesso das insatisfações populares ao poder¹⁵¹.

Somado a isso estava, ainda segundo Weffort, o fato de que “quanto mais diretamente o Estado brasileiro pretendeu representar o conjunto da sociedade, menos ele se realizou como Estado e mais como expressão de tensões em movimento”¹⁵². Não havia um “povo” unido a ser atendido democraticamente pelo Estado, ao contrário do que se considerava dentro da lógica do nacionalismo, mas sim um conjunto de interesses contraditórios e em disputa no cenário político.

Além disso, o próprio governo Goulart incentivou as massas a exercer pressão política sobre o Estado, através da promoção das reformas de base. Esse incentivo possibilitou às massas mais autonomia, o que terminou por romper o “compromisso” e retirar das massas populares seu caráter de legitimadora do Estado. A retirada dessa legitimação deu-se através do Golpe, que estabeleceu uma forma de Estado em que as massas populares não tiveram mais participação política.

Vejam agora as posições do FT e do UH acerca do Golpe, começando pelo primeiro:

“(…) O acirramento dos ânimos entre as parcialidades em que se divide a opinião pública nacional terminou por infiltrar-se também nos quartéis, com prejuízos para as relações entre comandantes e comandados. Esta situação de descontentamentos quase generalizados

¹⁴⁹ WEFFORT, 1980, p. 49.

¹⁵⁰ WEFFORT, 1980, p. 42.

¹⁵¹ Ibidem, p. 18.

¹⁵² Ibidem, p. 44.

agravou-se perigosamente nas últimas horas com a sublevação de guarnições militares em alguns pontos do território brasileiro. Aquilo que se previa veio finalmente a acontecer na sucessão dos fatos já registrados pela imprensa e que colocam a Nação inteira num clima de trágicas expectativas.(...) O povo brasileiro, na sua indelével tradição democrática e libertária, há de saber encontrar o caminho pacífico e ordeiro para a superação das presentes vicissitudes, sem apêlos à violência e ao derramamento de sangue entre irmãos. (...)¹⁵³

O editorial acima demonstra claramente que, no ainda indefinido contexto do Golpe, o FT posicionou-se de maneira pragmática e passiva. Começa citando o fato de que já eram previstas consequências graves como resultado dos acontecimentos recentes da Crise da Marinha e termina apontando para uma posição de expectativa e observação, com esperança de se evitar um conflito sangrento.

A atitude de espera do jornal da Caldas Júnior é explícita. A edição de 1º de abril contém notícias citando manifestos de Meneghetti¹⁵⁴ e Castelo Branco¹⁵⁵ sobre a adesão dos mesmos à revolta, bem como notícia sobre atitudes do governo de Goulart e da rádio do governo na tentativa de confrontar os sublevados¹⁵⁶. Apenas em uma breve notícia está manifestado apoio à revolta: uma notícia na página sete, citando editorial do Jornal do Brasil do Rio de Janeiro, afirmando que as forças armadas “saberão como efetuar uma apropriada solução constitucional na urgente deposição do caudilho João Goulart” e que “nós os democratas saberemos como rechaçar a greve geral surgida por ordem dos comunistas aliados ao caudilho”. Embora não fosse a primeira vez que o FT citava um texto do jornal carioca que atacava frontalmente o governo de Goulart, nesse dia não houve semelhança entre a posição manifestada pelo Jornal do Brasil e a mensagem do editorial do FT.

Outro elemento importante dessa primeira tomada de posição do Jornal é a forma como Goulart foi nomeado: Jango, João Goulart ou “presidente João Goulart”. Não se fala em “ex-presidente”, por exemplo, nem de maneira pejorativa, reforçando a ideia de que nesse momento o FT esteve em condição de expectativa.

Outra característica da edição do dia 1º de abril chama a atenção é, após as perturbadoras notícias sobre a movimentação militar nas páginas iniciais, o grande número de páginas do Jornal que tratam de notícias sem relação nenhuma com questões políticas. É nesse sentido que essa edição conta com manchetes do tipo: “MERETRIZ FURTOU UM MILHÃO DO COMERCIANTE: SUADOURO”, “BRIGA DE MULHERES TERMINOU EM

¹⁵³ APÊLO À SERENIDADE. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 1º abr. 1964, p. 4.

¹⁵⁴ MENEGHETTI MANIFESTA-SE CONTRA JANGO. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 1º abr. 1964, p. 3.

¹⁵⁵ GENERAL CASTELO BRANCO EMITIU PROCLAMAÇÃO CONTRA O GOVERNO. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 1º abr. 1964, p. 2.

¹⁵⁶ CAPITAL REVOLUCIONÁRIA. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 1º abr. 1964 p. 3.

MORTE”, “CAXIAS DO SUL MOVIMENTA-SE PARA RECONSTRUIR O 'LAR DA CRIANÇA' DESTRUÍDO PELO FOGO, “A INACREDITÁVEL INFLUÊNCIA DO NOME NA VIDA DAS PESSOAS”, “OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO DE PORTO RICO DESCOBRIU EXISTÊNCIA DE NOVAS ESTRELAS” e até mesmo uma notícia de página dupla – coisa rara no Jornal – sobre a vinda do jogador “Croaré” para jogar no Esporte Clube Internacional. Assim, temos uma edição de vinte e duas páginas, o que já é pouco num jornal que costuma ter ao redor de trinta, com a maioria de suas páginas ocupada por curiosidades, pequenos crimes, acidentes e outros acontecimentos sem grande relevância.

Na edição de 2 de abril, entretanto, já na capa se vê indícios de qual foi a posição adotada pelo Jornal. A manchete que ocupa toda a página é a seguinte: “JANGO DEIXA PORTO ALEGRE RUMO AO EXTERIOR”. A afirmação da manchete, por si só, já demonstra que o Jornal estava de acordo com as movimentações do Congresso pela declaração de vacância do cargo e substituição do presidente por Ranieri Mazzili. No dia 2 Jango ainda se encontrava no Rio Grande do Sul, em São Borja, e lá permaneceria até o dia anterior a sua partida para o exílio no Uruguai – chegando a Montevideú no dia 4 de abril.

Reforçando o apoio do Jornal à substituição de Jango, na página cinco da mesma edição Jango já é invocado como ex-presidente, em notícia cujo título é “MAZZILI FOI EMPOSSADO NA PRESIDÊNCIA”. Essa notícia contrasta, sobretudo, com a posição do UH que, como será visto em seguida, em pleno dia 4 de abril ainda considera Jango o presidente do Brasil e afirma sua presença no país.

O editorial a seguir é a declaração mais clara do FT sobre o golpe de estado contra o governo Goulart. Nele, finalmente a posição do Jornal acerca do momento enfrentado pelo país é manifestada abertamente:

“O país estêve na iminência de submergir num conflito armado de proporções imprevisíveis. Graças à vocação democrática e ao sentimento de civismo de nossas forças armadas, evitou-se que o povo brasileiro fôsse arrastado pelos caminhos trágicos de uma guerra civil. A Nação inteira viveu horas de angústias e de expectativas dramáticas durante os episódios que se sucederam nas áreas político-militares e que culminaram com a renúncia tácita do ex-presidente da República. (...) Nesse pronunciamento dos chefes militares, absolutamente não houve vencidos ou vencedores, porque quem triunfou mais uma vez foi o próprio Brasil, que comprovou o grau de maturidade política do seu povo e sua indesmentida vocação histórica.(...)”¹⁵⁷

O editorial declara claramente seu apoio aos militares e ao golpe em 3 de abril. A mensagem veiculada é de que o Brasil estava à beira de uma guerra que só foi evitada por

¹⁵⁷ NOVOS RUMOS. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 3 abr. 1964, p. 4.

meio da ação democrática e cívica das forças armadas. Mais do que isso, a movimentação militar não teve vencidos ou vencedores – apenas um Brasil triunfante. Esta última afirmação é de especial relevância para se entender a posição do Jornal, pois explicita, mais uma vez, o pressuposto de que os democratas lutavam contra uma força estrangeira – o comunismo.

Não se tratava, portanto, segundo o discurso do Jornal, de disputar o poder dentro da luta política interna ao sistema democrático brasileiro, mas sim de eliminar do país uma influência exógena maléfica, mas sem características claras além da posição de discordância. Está claro que, do ponto de vista do FT, o movimento militar não foi um golpe. Ser democrata, nesse discurso, representa participar da unidade, juntar-se aos interesses da totalidade do povo, sem disputas internas, sem classes, sem interesses conflitantes. Daí que, apesar de todo um governo e uma base sindical – camponesa, estudantil e partidária – de apoio ao mesmo terem sido derrotados pela força, não há, no entender da voz editorial do FT, vencidos, mas resta uma pátria, uma nação vitoriosa.

Vejamos agora a posição do UH acerca do Golpe.

A edição de 1º de abril de 1964 do jornal de Samuel Wainer é composta totalmente por notícias, uma vez que os artigos e o editorial foram sustados com o fim da rede nacional do UH. O mesmo foi verificado em todas as edições até o dia 4 de abril.

As notícias do primeiro dia de abril refletem claramente a disposição do Jornal de apoiar uma possível resistência de Jango contra a atuação golpista. Já na página dois encontramos as notícias “Jango: – Golpe Malogrado tem o Repúdio da Nação”, “Lott Defende Constituição” e “Jair: Ordem Será Mantida a Qualquer Preço”.

Em especial a notícia sobre o manifesto de Jango chama a atenção pelo seu título: o golpe já estaria malogrado, numa clara posição do Jornal de declarar por antecedência a derrocada da revolta contra o governo. Nessa notícia, consta o manifesto de Goulart divulgado na íntegra, em que se afirma, entre outras coisas, que “o Governo Federal manterá, intransigíveis a unidade nacional, a ordem constitucional e os princípios democráticos e cristãos em que êle se estriba, pois conta com a fidelidade das Fôrças Armadas e com o patriotismo do povo brasileiro”. Isso significa que a posição do UH, nesse momento crítico, foi de otimismo. Aqui é necessário lembrar que, de acordo com Jefferson Barros, o Jornal evitava, de todas as formas, o “derrotismo”, identificado como qualquer manifestação que considerasse a possibilidade de as forças populares serem derrotadas em um eventual golpe.

Ainda segundo o autor, ao tentar evitar o pessimismo, o Jornal acabou por incorrer em um ato muito pior do ponto de vista jornalístico: o silêncio¹⁵⁸.

O otimismo ainda se repetiu nas outras notícias do mesmo dia. A ideia passada pelo Jornal foi a possibilidade de levantamento de Jango, aliado a governadores como Miguel Arraes e personalidades políticas como Leonel Brizola, na construção de uma nova Legalidade contra o golpe. Procurava-se, portanto, repetir a vitória de 1961. Mais ainda, a sede da nova Rede da Legalidade seria mais uma vez instalada em Porto Alegre, com o apoio do prefeito Sereno Chaise; e o apoio das entidades sindicais em greve geral pressionariam o fim da atividade revoltosa. Tratou-se, assim, de uma posição editorial que seria rapidamente evidenciada como insustentável e desconectada da real situação do país, em que Jango já não mais atuava como presidente da república.

A nota a seguir, divulgada na capa da edição de 2 de abril do UH, demonstra claramente a posição do Jornal frente ao golpe:

“Última Hora do Rio Grande do Sul é o único órgão da rede nacional que circula atualmente em todo o país. Órgão nacionalista e democrático, defensor dos ideais de Getúlio Vargas e do respeito à lei e à ordem constitucional, a imprensa fundada por Samuel Wainer não poderia ser mantida circulando livremente nas regiões em que o totalitarismo e o golpe assumiram o poder, embora o façam temporariamente. O atentado contra a imprensa livre iniciou-se em Belo Horizonte, repercutiu em São Paulo e Curitiba, e foi consumar-se, ontem à tarde, na Guanabara e Recife.

OS ATENTADOS

Na Guanabara, a Polícia do governador Carlos Lacerda invadiu ontem a redação de UH, depredando tôdas as suas instalações e queimando seus veículos. O prédio está agora cercado por tropas do Exército, que apreenderam toda a maquinaria de impressão do jornal. Em São Paulo, o governador Adhemar de Barros ocupou Última Hora na noite de anteontem, impedindo-a de circular. Em Pernambuco, onde o general Justino Alves Bastos comandou, com metralhadoras e tanques, a votação na Assembléia que decretou o 'impeachment' do governador Arraes, Última Hora foi fechada e ocupada. Em Curitiba, sucedeu o mesmo e em Belo Horizonte, como noticiamos ontem, a redação foi ocupada e seus redatores detidos e depois libertados.”¹⁵⁹

Acima temos o trágico relato da repressão sofrida pelo UH já nos primeiros dias após o golpe. Ao mesmo tempo uma autoafirmação de identidade e uma denúncia da violência, o manifesto acima contém, em termos gerais, as principais posições do jornal dentro do cenário político nacional à época do Golpe.

Em primeiro lugar, o golpe foi visto como um movimento totalitarista em franca oposição à democracia, ao nacionalismo, ao trabalhismo identificado com Getúlio Vargas, à

¹⁵⁸ BARROS, 1999, p. 135-136.

¹⁵⁹ GOLPISTAS CALARAM RÊDE NACIONAL. SÓ A UH GAÚCHA CIRCULA. *Última Hora*, Porto Alegre, 02 abr. 1964, capa.

lei e à constituição. Além disso, o controle dos golpistas sobre importantes estados da federação foi considerado temporário. Trata-se, portanto, de uma posição radicalmente contrária à vista no FT, onde o golpe foi considerado defensor da democracia, da constituição, da ordem e da unidade nacional do Brasil.

Junto à nota acima citada estava também, na capa, a manchete “Jango Chegou – REAGIREI CONTRA O GOLPE”, demonstrando mais uma vez a disposição do periódico em apoiar o presidente contra as atividades golpistas.

Na página dois do mesmo dia 2 de abril, a seguinte notícia pode ser encontrada:

“MULTIDÃO incalculável atendeu, ontem à noite, ao apêlo lançado pela Rêde Nacional da Legalidade, comparecendo em massa ao Largo da Prefeitura para participar do monumental comício organizado pelas fôrças populares. Principal orador da concentração, o deputado Leonel Brizola conclamou o povo a organizar-se em corpos provisórios civis 'para participar da luta ao lado das gloriosas fôrças legalistas do III Exército e da Brigada Militar'. Lançou a palavra de ordem para que os sargentos de Uruguaiana, Bagé, Santa Maria (...) 'tomem conta dos quartéis e prendam os gorilas, golpistas e traidores'. Finalizou recomendando ao almirante Aragão, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, a que tome conta de Lacerda e ao general Oromar Osório, comandante da Vila Militar, a que 'ajuste contas com o traidor Amaury Krue!' (...)”¹⁶⁰

Se com a notícia acima sobre o “Comício da Legalidade” percebe-se claramente a disposição de Brizola para a resistência armada contra o golpe, por outro lado houve o apoio do Jornal à manifestação. Note-se que a posição do Jornal não é de afirmar a estimativa de participantes do comício, mas de simplesmente afirmar que foi uma “multidão incalculável”. Além disso, nem com relação ao Comício da Central o adjetivo “monumental” foi usado, demonstrando pelo exagero o apoio dado à manifestação de Brizola.

Outro elemento da notícia importante para se entender a posição do jornal é o trecho em que se declarou que o comício foi “organizado pelas fôrças populares”. Por meio dessa declaração manifestada no jornal, entende-se que a presidência de Goulart era defendida pelas fôrças populares.

A manchete da página três é ainda mais impressionante, pois tem o seguinte título: JANGO INSTALA GOVÊRNO NO RIO GRANDE DO SUL. Assim, foi consolidada no Jornal a ideia da resistência contra o golpe concentrada em Porto Alegre. A notícia, entretanto, é apenas o título acima citado e uma foto mostrando grande concentração de pessoas à frente de uma residência. Abaixo da foto, a legenda: “Forte policiamento foi impôsto ao prédio onde

¹⁶⁰ MULTIDÃO APLAUDIU COMÍCIO DA LEGALIDADE – BRIZOLA AOS SARGENTOS: TOMEM OS QUARTÉIS E PRENDAM OS 'GORILAS'. *Última Hora*, Porto Alegre, 02 abr. 1964, p. 2.

se encontra hospedado o presidente João Goulart”.

A edição inteira é uma perfeita demonstração de como as notícias podem conter, principalmente em momentos críticos, importante indício da posição de um jornal. Quase a totalidade das matérias demonstrou uma visão específica sobre o quadro nacional – a certeza da vitória de Goulart reforçada pelos acontecimentos nacionais. Estudantes tomaram posse das rádios; Ranieri Mazzili foi colocado na presidência sob o absurdo argumento de que Goulart, localizado no Rio Grande do Sul, não pode governar a partir desse estado por ele não ser mais parte do Brasil; Meneghetti, considerado covarde, fugiu para Passo Fundo e lá instaurou um governo paralelo; Gaúchos repetiram legalidade de 61; sargentos da Força Aérea Brasileira se levantaram pela Legalidade; Trabalhadores em greve estão prontos para repelir o golpe.

Enfim, a posição do jornal não poderia ter sido mais clara nesse momento: Jango ainda era o presidente, e tinha o apoio das forças consideradas populares. Já o golpe contra a democracia seria derrotado através de uma nova rede da Legalidade. Entretanto, essa posição não deve ser confundida com uma crença real nas possibilidades de resistência ao golpe. Pelo contrário, tratou-se de uma última manifestação desesperada em apoio ao governo identificado no Jornal com as reformas de base e, por consequência, com a possibilidade de progresso com justiça social. Segundo Jefferson Barros, as páginas da edição de 2 de abril “exalavam mais ansiedade e desalento do que condições de resistência” e, “apesar do esforço para não indicar 'derrotismo', a edição não apontava nenhuma possibilidade de vitória”¹⁶¹.

Ainda nesse dia, a carta-testamento de Getúlio Vargas foi transcrita na íntegra na coluna “Ôba Guaíba”, de Mário de Almeida. Ainda segundo Barros, publicar a carta teve o caráter de fazer um paralelo entre a tragédia de Vargas e a de Goulart: “na primeira, (tragédia) da personalidade; na segunda, da própria herança política e social do projeto nacional-popular”¹⁶². José Antonio Ribeiro, repórter do UH que foi à Praça da Alfândega em Porto Alegre copiar a carta de uma placa, foi preso pela polícia poucos dias depois. Nessa ocasião, foi espancado quase até a morte, interrogado sobre o paradeiro de alguns de seus colegas de redação¹⁶³.

Em 3 de abril, o UH gaúcho foi impedido de circular por determinação do governo do estado: a energia elétrica foi cortada nas instalações dos Diários Associados, onde o jornal era

¹⁶¹ BARROS, 1999, p. 144.

¹⁶² Ibidem.

¹⁶³ Ibidem, p. 147.

impresso. Já no dia 4, o Jornal voltou à circulação, mas com caráter diferente do visto nos dias anteriores: a notícia de página dupla no centro do jornal sobre a volta de Meneghetti a Porto Alegre defende o governador, até então considerado condenável apoiador do Golpe. Em geral, as notícias desse dia contêm apenas resquícios de denúncia contra os golpistas, além de dividir espaço com outra sobre o apoio dos Estados Unidos ao movimento dos militares e o consequente aumento de apoio financeiro ao Brasil.

Num último momento de resistência, foi afirmado que Jango continuava no Rio Grande do Sul e, nessa notícia em pleno dia quatro de abril, o texto ainda o identifica como presidente do Brasil. Após esse dia, o Jornal sofreu, como já vimos na introdução deste trabalho¹⁶⁴, a invasão de policiais liderados pelo delegado do DOPS, que confiscaram o acervo fotográfico do Jornal. Subsequentemente, houve um hiato no Jornal, que deixou de circular até o dia 13 de abril.

A partir da volta à circulação, o UH foi transfigurado pela força da repressão a um jornal de apoio ao “movimento revolucionário” até que, no dia 25, sua circulação no Rio Grande do Sul foi encerrada definitivamente. Em seus momentos finais, ele perdeu forçadamente seu caráter, mudou seu discurso e encerrou o processo de apoio a Goulart e às reformas de base que, no início de abril, culminou com sua posição contrária ao golpe civil-militar.

3.5 CONCLUSÃO DA COMPARAÇÃO

O UH apoiou claramente a presidência de João Goulart: os decretos e as encampações do Comício são considerados ações de justiça social, como início de reformas e de benefícios para os brasileiros; a Marcha foi considerada manipulação conservadora da religiosidade contra o governo e as reformas, ao mesmo tempo em que o Periódico divulga serem cristãs as reformas de base; na Crise da Marinha, as reivindicações dos marinheiros e fuzileiros ganham espaço no Jornal e a anistia decidida pelo governo foi apoiada como saída pacífica; o Golpe é visto como uma continuação da tentativa frustrada de agosto de 1961 de derrubar a presidência legítima de Jango e como ato condenável de ataque à democracia contra o qual haveria de resistir o povo.

O FT, por outro lado, posicionou-se claramente contra Goulart, seu governo e seus

¹⁶⁴ Na p. 11.

apoiadores. Estes foram considerados ou comunistas ou aliados do comunismo. O Comício da Central do Brasil foi visto como inconstitucional e como uma demonstração da vontade de Jango de perpetuar ilegalmente sua presidência no país; a Marcha da Família foi vista como a réplica popular contra a ameaça que o governo representava para a democracia, para a Constituição e para os valores cristãos do povo brasileiro; na Crise da Marinha, o caráter anticomunista do Jornal intensificou-se, a anistia do governo foi considerada atentado comunista contra a hierarquia nas Forças Armadas; o Golpe, por sua vez, primeiramente foi recebido com cauteloso apoio e relativo silêncio, para num segundo momento ser considerado um movimento revolucionário pela restauração da ordem e pelo fim da ameaça comunista no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Folha da Tarde e Última Hora do Rio Grande do Sul tinham características semelhantes: ambos circulavam em formato “tabloide”, menores, mais sucintos e mais rápidos na resposta aos acontecimentos que os jornais tamanho “standard”. Os dois circulavam à tarde e disputavam o público que ia às bancas ao invés de assinar o jornal. Ambos originaram-se em empresas com jornais maiores, cujas posições políticas, em certos momentos, divergiam das suas. Ambos manifestavam discursos em defesa da democracia e identificavam-se, através de seus discursos, como democratas. Por fim, nos discursos dos dois jornais, o governo de João Goulart era o ponto de referência para suas posições.

Mesmo com todas as semelhanças, os dois jornais analisados articularam discursos radicalmente opostos: enquanto no discurso do FT a democracia foi identificada como a defesa da Constituição, da civilização cristã e da paz social contra o comunismo, no Última Hora, a democracia significou justiça social e possibilidade de transformações.

Conforme transcorreu o mês de março, as forças políticas radicalizaram-se. O governo, os partidos políticos, as entidades sindicais e estudantis, as entidades civis e as Forças Armadas envolveram-se em quatro acontecimentos críticos que definiram os rumos do país: o Comício da Central, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a Crise da Marinha e o Golpe. Os jornais analisados articularam seus discursos através de editoriais, artigos e notícias em resposta a cada um desses momentos, e através desses atos definiram as suas próprias identidades.

Embora não tenha havido um embate explícito e direto entre os dois jornais analisados, os seus discursos conflitavam abertamente. Suas visões de mundo foram antagônicas e só puderam ser articuladas pela relação com seus antagonistas. A questão da realização das reformas de base promovidas pelo governo foi central em ambos os discursos, mas de maneira oposta. Os jornais colocaram-se em locais opostos dentro da luta política, tendo como eixo a disputa pela legitimidade de suas versões sobre esse assunto.

No discurso do FT, as reformas promovidas pelo governo federal não foram consideradas democráticas ou como possibilidade de justiça social, mas sim uma política comunista de destruição da democracia e da civilização cristã. Pensar as reformas e as outras ações do governo como ações em resposta à vontade de grupos sociais por justiça social impediria a sustentação do discurso do jornal: se não fossem consideradas fruto de influência

comunista, ou seja, influência externa, então seria necessário refletir sobre quem reivindica essas reformas, quem se beneficiaria com as mesmas e por que elas seriam necessárias. Por fim, seria possível chegar à conclusão de o país estava dividido, e não unido contra uma ameaça externa.

Nota-se, assim, que a desconstrução e a ressignificação do centro do discurso do UH, calcado nas reformas propostas pelo governo, era o centro do discurso do FT. A oposição entre democratas e comunistas em seu discurso é parte de uma lógica maior: a lógica da unidade nacional. Por isso, o Comício da Central e a Crise da Marinha foram considerados obras de comunistas. Esses acontecimentos apontaram para divisões dentro da sociedade brasileira, para a questão de que havia setores mais favorecidos que outros. Enquanto isso, a Marcha da Família e o Golpe foram considerados movimentos em defesa da democracia e contra a influência comunista no Brasil.

No discurso do UH, as reformas de base promovidas pelo governo não foram consideradas fruto do comunismo, mas como necessidade para o progresso do país e exigência popular por justiça social atendida pelo governo, e em especial pelo presidente João Goulart. Se as reformas promovidas pelo governo fossem pensadas como influência externa, não poderiam ser entendidas como resposta a exigências populares de justiça social contra os privilégios de uma minoria conservadora, o que negaria a base de sustentação do discurso do UH. Seria então necessário refletir sobre a origem dessa influência externa, quem se beneficiaria com a mesma e qual era o posicionamento que o Brasil deveria adotar no quadro político internacional. Finalmente, seria possível chegar à conclusão de que a nação brasileira, unida, deveria posicionar-se contra o governo e contra a influência comunista. Assim, caracterizou-se o discurso anticomunista como reacionário e conservador, uma resposta dos setores minoritários e privilegiados às exigências populares.

Ou seja, apenas com a desconstrução e a ressignificação do centro do discurso do FT o discurso do UH pôde ser articulado. A oposição estabelecida no UH entre democratas e o “antipovo” reacionário é parte da lógica maior da divisão da sociedade nacional entre minorias privilegiadas e o povo, maioria destituída de boas condições de vida. A democracia, entendida como possibilidade de reformas para desfazer esse quadro desequilibrado, foi o prisma através do qual o UH percebeu o Comício da Central. A Crise da Marinha foi considerada, no Jornal, um movimento de reivindicação por melhorias nas condições dos marinheiros e, portanto, também se insere numa lógica de justiça social. Já a Marcha da

Família foi identificada como sucesso da propaganda organizada e da manipulação religiosa dos setores privilegiados em convencer parcelas do povo. Por isso a necessidade apontada pelo Jornal da realização do plebiscito: porque por esse meio, segundo a sua lógica, a maioria acabaria por expressar a sua exigência por justiça social. O golpe, por fim, foi visto então como expressão maior da minoria reacionária contra a democracia.

É importante ressaltar que esses discursos só foram possíveis através da busca de elementos que os jornais fizeram nos outros discursos inseridos na luta política naquele momento histórico. Todo discurso tem essa limitação social e histórica, mas os jornais levam essa questão mais adiante: é preciso levar em conta o papel estabelecido do jornal na sociedade – o de órgão onde não se cria os fatos, mas apenas se divulga e comenta o que já aconteceu.

Assim, por um lado é certo que FT e UH articularam discursos sobre o momento histórico em que estavam inseridos e buscaram persuadir seus leitores de suas visões de mundo. Por outro lado, esses discursos só foram possíveis porque membros da UDN, do PSD, do PTB, da baixa e alta oficialidade das Forças Armadas, de órgãos sindicais e outros manifestaram seus próprios discursos. Embora os dois jornais tenham articulado discursos antagônicos, isso se deu menos pela interação entre eles do que pelas escolhas feitas sobre quais discursos em circulação na luta política valorizar ou desconstruir. Essas escolhas foram justificadas pelos interesses políticos e empresariais de ambos, bem como pelas suas próprias trajetórias dentro da história.

O UH gaúcho teve várias razões para seu discurso a favor das reformas de João Goulart: o Jornal autodenominava-se herdeiro dos ideais de Getúlio Vargas, de quem Jango havia sido Ministro do Trabalho na ocasião do polêmico reajuste de 100% do salário mínimo em 1953. Em 1961, o Jornal chegou a ser, segundo Barros, o “diário oficial” da Legalidade¹⁶⁵ na defesa da posse de Jango, ocasião em que Brizola teria sido o real editor do jornal¹⁶⁶. Além apoiou o PCB e o movimento sindical, relação que era mútua. Ou seja, o Periódico tinha todas as características necessárias para, nos meses de março e abril de 1964, articular o discurso que articulou.

Já o FT teve características marcadamente conservadoras, a despeito de suas ideias fundadoras de imparcialidade política. Além disso, apesar das diferenças com relação ao Correio do Povo, o Jornal também inclui-se na categoria de “grande imprensa”. Essa

¹⁶⁵ BARROS, 1999, p. 94.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 96.

categoria, segundo Capelato, comporta-se, em geral, da seguinte forma:

“A grande imprensa no Brasil é liberal, independente, expressa a verdade e a vontade do povo. Esta é, em síntese, a definição que a maior parte dos proprietários de jornais, de ontem e hoje, apresenta aos seus leitores. (...)”¹⁶⁷

Segundo a autora, apesar dessa definição, na prática isso depende da noção de “povo” da qual se parte. Não há, na verdade, “um” povo, mas diversos interesses. A autora continua:

“Se traduzirmos povo por classes menos favorecidas ou classes trabalhadoras, aquele objetivo se desmistifica de imediato. Entre a vontade dos proprietários de jornais e a dos representantes dessas classes há contradições essenciais. Quando estes contestam a propriedade e a dominação gerada por ela são logo tachados de subversivos, desestabilizadores, provocadores. Suas reivindicações nunca são oportunas e suas lutas sempre representam perigo a ser eliminado pela raiz.”¹⁶⁸

A autora posiciona-se nesse ponto apontando o caráter antipopular da grande imprensa. Se considerarmos que a luta pelas reformas não era uma ameaça comunista, então a afirmação de Capelato está de acordo com as posições adotadas pelo FT no período analisado.

De qualquer forma, é interessante ver que os discursos de ambos os jornais analisados nesse trabalho foram claros em sua definição política. No caso específico do Última Hora gaúcho, nota-se que seu discurso adquiriu aspecto tão importante dentro do Jornal que sua existência como empresa acabou condicionada ao sucesso de sua visão de mundo. Com o sucesso do Golpe e a derrota do discurso do Última Hora, o próprio jornal tornou-se inviável apesar de sua independência financeira e prestígio junto a seus leitores. O sucesso no âmbito privado, empresarial, estava atrelado ao âmbito público.

Já o discurso do Folha da Tarde teve continuidade após o golpe. Vários de seus elementos estiveram presentes no discurso do Regime até seu fim, em 1985; e, portanto, institucionalizaram-se. Isso não significou, entretanto, uma institucionalização do discurso do Jornal como um todo: as divergências entre o FT e o governo civil-militar foram suficientes para que o primeiro também sofresse com a censura, com os “bilhetinhos” enviados à redação.

¹⁶⁷ CAPELATO, 1988, p. 71.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 72.

ARQUIVOS E FONTES DE PESQUISA CONSULTADOS

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre, Brasil.

- Jornal Última Hora (março e abril de 1964)
- Jornal Folha da Tarde (março e abril de 1964)

Arquivo do Correio do Povo. Porto Alegre, Brasil.

- Jornal Folha da Tarde (março de 1964)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Jefferson. *Golpe mata jornal*. Porto Alegre: Já, 1999. 159 p.
- BETT, Ianko. *A (re)invenção do comunismo*. Discurso anticomunista nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo: 2010. 261p.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. 78 p.
- DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *A política externa independente é notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal Correio do Povo (novembro de 1961)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2009. 214 p.
- DREIFUSS, René Armand. *1964 - A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 814 p.
- ELMIR, Claudio Pereira. As armadilhas do Jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. Cadernos de Estudo, n. 13, Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 1995. p. 19-29.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. 209 p.
- GALVANI, Walter. *Olha a Folha: amor, traição e morte de um jornal*. Porto Alegre: Sulina, 1996. 208p.
- GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. 568 p.
- MENDONÇA, Daniel de. *Democracia sem democratas: uma análise da crise política no governo João Goulart (1961-1964)*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2006. 421 p.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney : o discurso do plano cruzado*. São Paulo: Hucitec, 1989, c1988. 193 p.
- SILVA, Helio Ribeiro da. *1964 : golpe ou contragolpe?* 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 1978. 492 p.
- WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980. 181p.